



Anais da Assembléia

Nº 30

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 43ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 1975.

(Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, Secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Maurício Fruet.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Eneas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, Jorge Sato, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quíelse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes, (48): achando-se ausentes os Srs. Deputados Del Ciel, David Federmann, Domício Scaramella, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara. (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o nº 511, do Senhor Deputado LEONEL JÚLIO, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Executiva daquele Legislativo. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o nº 54/75, do Senhor PAULO FERNANDES FILHO, Presidente da Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Diretora daquele Legislativo Municipal. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o nº 67/04/75, ANTENOR ZANIN, Presidente da Câmara Municipal de Arapongas, comunicando a aprovação por aquele Legislativo Municipal de Requerimento de autoria do Senhor Vereador ANTONIO FRANCISCO GABARDO, consubstanciado em voto de congratulações ao Senhor Engº Dr. MÁRIO CEZAR STAMM, pela sua nomeação ao cargo de Coordenador Geral do Distrito Rodoviário Regional de Londrina. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 001/75, do Senhor ALMIR DE HOLANDA MELO, Presidente da Câmara Municipal de Quinta do Sol, comunicando a eleição e posse da nova Mesa Executiva daquele Legislativo Municipal. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Do Senhor LÉO FRANCISCO LEONE, Diretor Presidente

da CELEPAR comunicando haver sido eleita nova Diretoria daquele órgão. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita de V. Exa., que após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Otílio Daniel Hens, em Santa Isabel do Oeste, no dia 13 último.

Solicita-se também que da decisão da Casa se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1975.

a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Otílio Daniel Hens era membro de tradicional família da Região Oeste Paranaense. Dedicou toda a sua vida ao trabalho honrado e produtivo, sempre desenvolvido em termos de comunidade, muito contribuindo para o progresso do município de Santa Isabel do Oeste. Sua morte consternou não só a seus familiares e amigos, como a toda a população do Município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Tenho a honra de indicar o Senhor Deputado Ernesto Dal'Oglio para integrar a Comissão que tratará de assunto agrário em Brasília.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1975.

a) MUGGIATI FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Pelo presente e na qualidade de Líder da Bancada da Arena nesta Casa, indico o nome dos Deputados Lázaro Dumont, e Werner Wanderer, para comporem a Comissão Especial de Deputados deste Poder Legislativo que irá a Brasília para, em entrevista com o Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, tratar de assuntos relacionados com a industrialização e comercialização do trigo.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1975.

a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão no contrato com a firma vencedora da concorrência para a execução da obra asfáltica que liga a cidade de Arapongas à Astorga o acesso à cidade de Sabaudia em uma distância de aproximadamente 800 m.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

- 1 — Em virtude de ser o Município desprovido de recursos capazes de participar em obra desta envergadura.
- 2 — Por ser uma obra relativamente pequena com complementos do trecho total executado que é de 30 km.
- 3 — Pela importância da obra no desenvolvimento e bem estar daquela comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Com a aprovação do Plenário, o Deputado signatário, requer ofício desta Casa, ao Sr. Governador do Estado, solicitando que sejam determinadas as devidas sindicâncias e responsabilidades da Fundepar e do Sr. Prefeito do Município de Loanda, Onésimo Ferraz, na execução do convênio 521/73, firmado em 06 de setembro de 1973, entre a Fundepar e o Município de LOANDA, para a construção de uma unidade educacional de 12 salas.

A medida é necessária, Sr. Presidente, em decorrência das seguintes considerações:

- 1 — Considerando que anexamos fotocópia do convênio 521/73, onde estão explicitadas as obrigações do Governo do Estado e do Governo do Município, bem como, a data de 06 de junho de 1974, para a conclusão das obras;
- 2 — Considerando que anexamos fotocópia do Ofício Circular nº 01/75, de 08 de janeiro de 1975, da Fundepar dirigido ao Prefeito Onésimo Ferraz, informando que a obra está apenas com 30,7% de percentual físico, apresentando 180 dias de atraso, e solicitando o término da unidade em virtude da vital importância ao atendimento de matrículas para o ano de 1975;
- 3 — Considerando que anexamos fotocópia do contrato de construção efetuado entre o Município e o Construtor JOÃO BATISTA BOTECHIO, no dia 14 de novembro de 1973 para a obra objeto deste Requerimento;
- 4 — Considerando que anexamos fotocópia da Execução Por Quantia Certa, impetrado pelo Sr. João Batista Botechio, através do Advogado Dr. Alípio C. Leite, no Fórum da Comarca de Loanda, no dia 02 de janeiro de 1975;
- 5 — Considerando que anexamos cópia de declaração firmada por diversas pessoas residentes em Loanda, que atestam a paralização das obras do conjunto escolar por absoluta falta de pagamento ao construtor, e rogam da Fundepar as devidas providências;
- 6 — Considerando que anexamos uma ampla fotografia, tirada no dia 02 do corrente mês, da unidade educacional com cobertura já concluída, mas abandonadas;
- 7 — Considerando que anexamos publicação da Câmara Municipal de Loanda efetuada no "Jornal de Loanda" dia 23 de março de 1975, em cujo texto, o Vereador Ricardo Pinto de Arruda, entre outras considerações, afirma:
 "Sua Excelência o Prefeito Onésimo Ferraz está olvidando a dignidade de suas altas funções... deturpando verdade dos fatos, invertendo seus valores e usando de subterfúgios, os pedidos de informações que temos solicitado através desta Câmara Municipal, tem ainda, outras finalidades proveitosas, tais como alertar a administração pública municipal da existência de obras essenciais em abandono; de descuidos na fiscalização de serviços em andamento e, da má aplicação de dinheiro público".

Analisando a documentação que acompanha este Requerimento, Sr. Presidente e Srs. Deputados e, através de visita pessoal que fizemos à obra, no final do mês de março/75; concluímos que:

- a) — Enquanto exercia o mandato de prefeito de Loanda o Sr. Francisco de Assis Pinheiro (renunciou em amio do ano passado), a obra teve andamento normal;
- b) — Somente na atual gestão, é que passaram à ocorrer

as anormalidades administrativas, geradas pelos descumprimento de normas legais por parte do Prefeito Onésimo Ferraz;

c) — A Fundepar já efetuou o pagamento de Cr\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil cruzeiros) ao Município, restando apenas Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) para cumprir sua parte no convênio, que serão pagos a título de reembolso na entrega do prédio;

d) — A última parcela de Cr\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros) que a Fundepar entregou ao Município, foi entregue sem a obediência exata da cláusula "quarta" do Convênio 521/73. Havendo a Fundação Educacional do Estado do Paraná, entregue descriteriosamente à Prefeitura de Loanda, essa importância, com destino específico;

e) — Se a aplicação da parcela supra mencionada não teve o fim específico, é necessário que o Sr. Prefeito de Loanda seja responsabilizado pela aplicação indevida de recursos do Estado;

f) — Que seja também responsabilizada a Fundepar no seu setor de fiscalização, que não agiu com a devida Autoridade no sentido de impedir que a irresponsabilidade do Prefeito Onésimo Ferraz chegasse a ponto de prejudicar desastrosamente a educação de nossa gente.

LOANDA, SR. Presidente e Sr. Deputados é uma cidade acolhedora e bonita. O município é fértil e extenso. Até meados de 1974, se desenvolveu de maneira notável, impulsionada pela contribuição permanente dos seus trabalhadores e, acalentadora, pelas atitudes fraternistas do seu povo.

Apesar dos desacertos administrativos exteriores, que deixaram o Município e aquela região, à margem do atendimento Estadual e, principalmente, Federal; Loanda se propagou pelo País afora como uma comunidade dinâmica, honesta e evoluída.

Não podemos, agora, deixar de registrar a nossa atitude de reprovação, quando a Comunidade poderá se macular pelos desequilíbrios administrativos de um prefeito incompetente, perseguidor e inoperante.

Como também, não podemos admitir que órgão do Governo Estadual, nenhum, peque por irresponsabilidade, como é o caso da Fundepar, acima exposto.

Disse.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — (Pela ordem). Sr. Presidente, creio que não há número para prosseguimento da Sessão, motivo porque requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — Será procedida a chamada nominal requerida pelo Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes.

— (É feita a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada 32 Srs. Deputados, há quorum para prosseguimento da Sessão.

Concedo a palavra para falar no Pequeno Expediente ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio, primeiro orador inscrito.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ocupamos o Pequeno Expediente no dia de hoje para apresentar e justificar alguns Requerimentos de nossa autoria.

Nos próximos dias 19 e 20 do corrente, Apucarana estará comemorando mais um aniversário da instalação da Comarca, 32 anos se não falha a memória.

A Associação dos Magistrados do Paraná, através do seu Departamento Social e Cultural, fez uma programação especial para aquela efeméride que é o 19 Seminário Regional da Magistratura Paranaense, com a participação dos Juizes de Apucarana, Arapongas, Rolândia, Cambé, Jandaia do Sul, Mandaguari, Marilva, Marilândia, Faxinal, Ivaiporã, Astorga, Jaguapitã, Porecatu, Sertãoópolis, Bela Vista do Paraíso e 19 de Maio e são ainda con-

vidados especiais os Juízes das comarcas de Maringá e Londrina; os promotores da Justiça e os Promotores Substitutos das comarcas participantes além dos Advogados da Comarca 7.

Este Seminário, como dissemos será realizado nos próximos dias 19 e 20 e terá como tema: O aceleramento de Prestação Jurisdicional, dever que se impõe à Magistratura e das dificuldades e dúvidas da aplicação do procedimento sumaríssimo do novo Código de Processo Civil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, com a passagem, portanto, deste novo aniversário da comarca de Apucarana, apresentamos à Mesa um Requerimento vasado nos seguintes termos: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, Requer voto de congratulações ao Diretor do Forum e Prefeito de Apucarana pelo aniversário de instalação daquela Comarca, solicitando, ainda, seja transmitido aos participantes do I Seminário Regional da Magistratura Paranaense, que será realizado nos dias 19 e 20 próximos, em comemoração ao evento, bem como à Associação dos Magistrados do Paraná – Departamento Social e Cultural – órgão promotor do encontro.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1975.”

Srs. Deputados, realmente, é com muita satisfação que anunciamos este Seminário que nos dará a oportunidade, a nós que estamos de fora, de observar o Poder Judiciário com relação ao aperfeiçoamento, através deste Seminário organizado pela Associação dos Magistrados do Paraná, dos Juizes do interior do Estado.

Desta feita com uma inovação muito especial que é a participação dos Juizes como Relatores, como participantes dos debates e não como convidados de outros Estados para palestras mas obrigando desta forma a participação afetiva e direta dos Juizes das comarcas do Interior.

Aproveito a oportunidade para anunciar a esta Casa também que estão se preparando para a próxima semana, pronunciamentos, a respeito do Poder Judiciário no que se refere a uma vaga em aberto, que se encontra no Supremo Tribunal Federal.

Entendemos que o Poder Judiciário aqui do Paraná deverá participar ativamente, para que o Paraná tenha, depois de 50 anos, talvez o primeiro representante deste Estado no mais alto cargo do País.

Eu acho que o Poder Legislativo tem condições de reivindicar ao Governo Federal, a este Paraná tão esquecido e tantas vezes olvidado dos maiores cargos, uma das maiores posições do Governo Federal, de levarmos até àquela Câmara Alta um nome do Paraná, dentre tantos e tantos que honram a sabedoria jurídica do nosso Estado.

O segundo Requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados: (Lê).

“O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, Requer se oficie ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, solicitando a colaboração do DER, na conservação do trecho de estrada Planaltina-Sta. Izabel do Ivaí-Santa Cruz do Monte Castelo, que atualmente é realizado apenas pelas Prefeituras dos Municípios, com maior ônus ao Município de Sta. Izabel do Ivaí.”

O trecho de estrada acima citado é muito importante para o Extremo Noroeste do Paraná, uma vez que está atualmente em obras o asfalto de Paranavaí, que é feito apenas com os recursos do Município.

Pedimos ao Sr. Secretário dos Transportes - que hoje acumula também as funções de Diretor Geral do DER - que dê pelo menos uma colaboração aqueles municípios ou com equipamentos, ou com óleos ou com homens, para que realmente as Prefeituras possam continuar com os trabalhos que não são afetados diretamente a elas mas sim ao Estado, através do seu departamento competente que é o DER.

O terceiro Requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O SR. PRESIDENTE - A Presidência comunica o nobre orador, que lhe resta apenas 1 minuto.

OSR. GABRIEL SAMPAIO - O terceiro Requerimento, Sr. Presidente: (Lê)

“O Deputado que o presente subscreve nos termos regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja solicitado ao Sr. Secretário dos Transportes providências urgentes no sentido de concluir o contorno de Apucarana, no sentido de Jandaia - Ponta-Grossa.”

Os Deputados que ocupam as cadeiras nesta Casa, grande parte deles do Norte do Paraná, conhecem bem o drama, o romance que já virou o contorno de Apucarana. Então nós pedimos ao Sr. Secretário dos Transportes que, para evitar uma série de problemas que estão ocorrendo inclusive com o trânsito de Apucarana, dê andamento às obras, aquelas obras, repito, do Contorno de Apucarana, que virá facilitar grandemente o transporte vindo do Noroeste do Estado, da região de Maringá, Paranavaí, Campo Mourão, para o Porto de Paranaguá.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito Sr. Deputado Jayme Rodrigues de Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Embora representemos nesta Casa a região do Vale do Pinheiro, estamos sendo forçados hoje a abordar problemas de uma região diferente, e nos enoja, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a maneira com que o Partido do Governo tem feito campanhas políticas.

Já tivemos oportunidade de, aqui desta Tribuna, abordar problemas de nossa região onde existe uma estrada sonhada, a de Campo Mourão a Goioerê, e onde na eleição passada o Partido do Governo, chefiado pelo Governo, conseguiu ludibriar o povo daquela região chegando a colocar estacas com promessas de que o asfalto logo viria; preço de produtos agrícolas em vésperas de eleições neste Estado e neste País, para ludibriar a boa fé do lavrador brasileiro e paranaense tem sido a tônica dessas campanhas; perseguições a comerciantes e professores têm sido costume.

Tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem sido, tem se transformado em costume nas campanhas eleitorais do Partido do Governo do Estado e da Nação. Mas, depois que já se louvou a boa fé do lavrador, depois que se cogita para o voto, ainda nós que elogiamos esta atitude que força a votação, que rouba a boa fé, que escandaliza as nossas leis, não podemos admitir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que cabos eleitorais, candidatos, Governo e o Partido, ultrapassem as fronteiras e cheguem até a usar crianças, doentes, para propagação de suas campanhas.

Assim é, Sr. Presidente, Srs. Deputados que, na eleição próxima passada, como de costume, o Partido do Governo do Estado usou o Município de Corbélia, como usou a tantos outros Municípios. . .

O SR. PRESIDENTE - A Mesa comunica a V. Exa. que está esgotado o tempo regimental.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO - Instalando postos de saúde para conseguir os seus votinhos. Passada a eleição, estão lá os postos de saúde sem remédios, sem enfermeiras e sem atendimento ao povo, e o povo do Município de Corbélia reclama a promessa do Governo que fez até festa na inauguração destes postos, então, estamos encaminhando a V. Exa. um Requerimento no seguinte teor: (Lê)

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de fornecer, com a máxima urgência, condições, re-

médios e atendimentos aos Postos de Saúde das localidades de Ouro Verde, Bragançai, Iguatu, Anai e Corbélia, tendo em vista a falta de condições para atendimento ao povo daquela região.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1975.

Sr. Presidente, há poucos dias chegara uma funcionária do Posto de Saúde Ouro Verde, pedindo ao Prefeito de Corbélia para que providencie remédios para muir o Posto e em resposta, Sr. Presidente, disseram-lhe que se preocupasse com o seu ordenado e deixasse o povo que se dane. Mas esta promessa não foi a mesma do dia 15 de novembro. Então, este Deputado, representante daquele povo, está enviando este Requerimento para que sejam tomadas urgentes providências, e se acabe com este tipo de campanha do nosso Estado, ludibriando a boa fé daquele povo. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concede a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, terceiro orador inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Inicialmente, quero fazer uma comunicação à Casa que recebi do Delegado Regional da Fundação Nacional do Índio, o programa da comemoração do próximo dia 19, Dia do Índio, e no cumprimento da política de integração progressiva e harmoniosa, pede a Fundação Nacional do Índio, que no Sul do País, onde vivem grupos tribais Guarani, Xoklen, Xetá e Terena, que ajudemos a pagar as dívidas contraídas com os indígenas brasileiros. Quero, Sr. Presidente, que se registre em Ata, a passagem no próximo dia dezoito de abril, do Dia do Índio.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou requerendo à Casa para que o Sr. Governador do Estado, em entendimento com a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, corrija uma distorção existente do Paraná, que é a única cobrança feita neste Estado, de um pedágio para a utilização de uma ponte que pertence ao Poder Público, pois pertence ao Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando da construção da Usina Júlio Mesquita na Foz do Rio Chopin, a Copel, juntamente com o DER, construiu sobre o Rio Iguaçu uma ponte já famosa em todo o Brasil, e foram responsáveis pelo maior desastre já havido ao afundar uma balsa em que faleceram mais de cem pessoas. E a responsabilidade até hoje não apurada, desses fatos, faz com que venhamos a Plenário pelo menos para que se corrija a distorção que continua existindo naquela região. Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que enquanto a elite de Curitiba e a elite paranaense, na qual me incluo, para ir a Guaratuba passar seu fim de semana nos três meses de praia recebe uma estrada de Garuva a Guaratuba. Sustenta o Estado um ferry-boat deficitário pois cobra apenas três cruzeiros para a travessia de um veículo. No Sudoeste do Paraná, um caminhão carregado de suino, um caminhão carregado de soja ou de madeira, precisa para passar numa ponte, que é da COPEL e a COPEL é Estado do Paraná, vir te cruzeiros. Parece até a história da Ponto do Rio Niterói, por isso estamos encaminhando à mesa o seguinte Requerimento (Lê):

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, de Vossa Excelência, e após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Sr. Jayme Canet Junior, solicitando sejam tomadas providências junto à Companhia Paranaense de Energia Elétrica, COPEL, no sentido de que seja extinta a taxa de pedágio que vem sendo cobrada atualmente, para a utilização, por particulares, da ponte sobre o rio Iguaçu entre os Municípios de Dois Vizinhos e Quedas do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1975.

a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

1- A ponte em questão foi construída quando da execução da Usina Júlio Mesquita e destinada a possibilitar o melhor acesso à obra:

2- Atualmente esta ponte, além de estar servindo para a ligação entre as Usinas Júlio Mesquita e Salto Ozório, atende grande para do Sudoeste Paranaense, notadamente os municípios de S. Jorge d'Oeste, Dois Vizinhos e Salto do Lontra, sendo o único meio de ligação (exceto balsas) entre o chamado Sudoeste Novo e a região de Cascavel;

3- Diariamente dezenas de veículos particulares a utilizam, principalmente caminhões transportando suínos, soja, trigo, feijão e madeira, produtos estes, base da economia estadual;

4- A cobrança da taxa de pedágio, onera com uma despesa suplementar a produção daquela área, para a qual outro acesso é difícil e que somente agora mereceu as atenções das autoridades estaduais com sua inclusão no plano das estradas vicinais."

Com este Requerimento pretendemos corrigir uma injustiça que se pratica principalmente contra os motoristas de caminhões que trafegam transportando riquezas, pois convenhamos que num Estado que pode manter o "ferry boat" de Guaratuba, deficitário como é, pode se isentar de qualquer taxa de pedágio os homens que transportam nossas riquezas. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Egon Pudell.

O SR. EGON PUDEL. Sr. Presidente, Srs. Deputados: ('Lendo'):

"A cidade de Toledo tem sido centro de vários encontros promocionais. Dias atrás, conforme relatamos nesta Egrégia Casa de Leis, aconteceu a assinatura de cultuoso contrato de fornecimento entre o Banco Nacional de Habitação e a Prefeitura Municipal de Toledo, visando dotar o primeiro Núcleo Residencial do BNH, no Oeste do Paraná, dos serviços de infra-estrutura e de pavimentação.

Agora, cabe, Sr. Presidente, Srs. Deputados, efetuar o registro de dois outros acontecimentos.

Nos dias 11, 12 e 13 do corrente mês realizou-se na cidade de Toledo o 1º Concílio Distrital da Paróquia Evangélica Luterana, congregando pastores e membros daquela seita para discutir problemas relacionados com o pequeno agricultor oeste.

Eis aí Sr. Presidente, Srs. Deputados, a melhor demonstração da preocupação da Paróquia Evangélica Luterana de Toledo, buscando solução para problemas que avassalam os menos abonados e que se dedicam às tarefas agrícolas.

No entanto, cabe agora fazer um outro registro de suma importância. Nos próximos dias 18 a 21 de abril deverá também realizar-se na cidade de Toledo o 5º Encontro Estadual do Movimento Familiar Cristão, contando com a participação de mais de 300 casais oriundos das mais variadas Dioceses do Paraná, também com a presença de D. Pedro Fedaldo, DD. Arcebispo Metropolitano e ainda de Bispos e representantes de dioceses paranaenses.

O principal tema deste encontro versará em torno da vida litúrgica eclesial e familiar, motivando os conhecimentos e a essência da liturgia em si.

Como sabem todos os ilustres representantes desta augusta Casa de Leis, o Movimento Familiar Cristão foi iniciado em 1949, no Uruguai, e hoje está espalhado praticamente por todo o mundo, atuando de forma especial no Brasil.

O Movimento Familiar Cristão, evidentemente, não con-graga apenas membros de uma determinada confissão religiosa. De forma alguma. Ao contrário, representa um verdadeiro sinal de ecumenismo e mais do que isto, uma verdadeira primavera da cristandade. Os objetivos do MFC representam mais um empreendimento de longo e inestimável alcance social: restaurar a família em Cristo, realizar o casal e a família feliz, para que esta, como

célula da sociedade, irradie, em grupo, para a Igreja e para o mundo.

Num mundo de violências, de guerras e ódios, como o que hoje vivemos, o Movimento Familiar Cristão tem o objetivo que visa restaurar o mundo de hoje em Cristo, a verdadeira solução para tantos problemas desta angustiante humanidade.

Por tudo isto, queremos efetuar o presente registro nos Anais desta Casa, manifestando nossas congratulações pela realização do V ENCONTRO ESTADUAL DO MOVIMENTO FAMILIAR CRISTÃO e, de forma especial, com a comunidade toledana, promotora desse valioso acontecimento."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha presença nesta Tribuna é motivada pela impossibilidade de oferecer um aparte no momento em que usava da palavra o eminente Deputado Gabriel Sampaio. Fazia ele um apelo ao Sr. Secretário dos Transportes para que se tomassem providências urgentes com a finalidade de solucionar problemas do contorno da cidade de Apucarana.

Quero informar a esta Casa que estive em contato com o Sr. Secretário dos Transportes e S. Exa. me disse que o que está acontecendo com aquele contorno é que o mesmo foi iniciado de maneira irregular, e o acesso da Rodovia do Café com a BR-369 está encontrando dificuldade em sua execução por se tratar de um trecho pequeno. E as firmas empreiteiras de Curitiba não têm interesse por causa das dificuldades do serviço e apresentaram seus orçamentos muito elevados.

Mas, S. Exa. o Sr. Secretário dos Transportes nos autorizou para entrar em contato com firmas empreiteiras daquela região. O que já estamos fazendo no dia de hoje. Inclusive, já fizemos a coleta de pedra britada e outros materiais necessários para a execução daqueles serviços.

Quanto à ajuda do DER, na conservação de nossas estradas, devo dizer que aquele Departamento já está em contato com as Prefeituras das micro-regiões e está colaborando com caminhões, pás carregadeiras, inclusive combustível, para reparo dessas estradas.

E em muitos lugares já estão se firmando convênios e as Prefeituras estão recebendo uma determinada importância por quilômetro executado; cabendo ao DER fiscalizar o serviço.

Julga o Sr. Secretário dos Transportes que, com essa medida, os Prefeitos têm condições de administrar e executar um serviço com maior rapidez e mais perfeito.

Era a informação que eu queria trazer à Casa, nesta tarde. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado sexto orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lembramos, nesta oportunidade, de 1959, quando iniciávamos a nossa caminhada na vida pública. Éramos levados à Câmara Municipal, como Vereador. Desde logo aprendemos que a função do legislador, mesmo municipal, pelo menos naquela ocasião, não tinha exorbitâncias de âmbito municipal quando se tratava de fato constatado em requerimento ou pedido de informações. Hoje, como Deputado Estadual, decorridos 16 anos de caminhada na vida pública, sentimos e procuramos verificar a existência de dispositivos legais, para que a Mesa da Assembléia Legislativa do Estado rejeitasse o encaminhamento de um requerimento que fizemos para a órbita federal, simplesmente um pedido de informações.

Daí a nossa queixa, Sr. Presidente, porque nós sentimos que o requerimento é um ato simplesmente de pergunta, é um ato, simplesmente de informação. E quando se pede alguma in-

formação, o recorrido tem apenas duas opções a fazer ou aceita ou não aceita, porque nós sabemos perfeitamente que o Poder Legislativo diminui as suas condições. Cada dia que passa estão mais restritas as suas funções. Sabemos, Sr. Presidente, que nós que representamos o Poder Legislativo, temos hoje o simples aspecto de figura decorativa. Então, pediria à Mesa desta Casa que me desse os dispositivos legais que proibem a tramitação de requerimento que ultrapassa a órbita do Estado. Este o meu requerimento verbal, feito à Mesa.

Aproveitando os segundos que me restam, do Pequeno Expediente, apresentarei o seguinte Requerimento(Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de direitos que lhe são conferidos por Lei, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos presentes trabalhos, de um voto de regozijo à Direção da Televisão Iguaçu, Canal 4, pela apresentação do programa JOGO ABERTO, especialmente no que diz respeito ao Comentário Político, apresentado pelo Ex-Deputado Estadual Erondy Silvério.

Requer outrossim, se aprovado o presente, se dê conhecimento àquela Direção.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1975."

O SR. LÚCIO MACHADO — Vi, por algumas vezes, o programa "Jogo Aberto", levado aos telespectadores do Paraná pela TV-Iguaçu-Canal 4, e senti que é um programa político que mostra aos telespectadores deste Estado e naturalmente de outros Estados onde sua imagem alcança, a realidade dos fatos.

Muito mais que isto, senti que o ex-Deputado Erondy Silvério, mais que político, é um comentarista que tem a coragem de mostrar, de esclarecer, de levar aos telespectadores daquele Canal a realidade dos acontecimentos políticos dos dias de hoje.

Muito obrigado — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Respondendo a questão de Ordem levantada pelo Deputado Lúcio Machado, esta Presidência tem a esclarecer que não pode receber seu Requerimento porque o texto do mesmo dava caráter imperativo ao Pedido de Informações, quando não temos autoridade para isto. Poderíamos, com isto, receber da autoridade responsável por aquele órgão federal uma resposta que não nos fosse agradável.

Entretanto, quando o Deputado quiser, solicitar, quase como favor, a informação de um órgão federal, poderá fazê-lo pessoalmente. Não precisa ser por intermédio da Mesa que não é o caminho próprio para isto.

Esta Presidência comunica ainda aos Srs. Deputados que com relação às matérias encaminhadas pelos Srs. Deputados à Mesa só serão postas em votação e apreciação quando forem entregues na Hora do Expediente, lidas pelo Sr. 1º Secretário, ou quando no Pequeno e Grande Expediente forem lidas pelos Srs. Deputados da Tribuna.

As demais, para evitar que não tenhamos oportunidade de apreciar e nem de discutir, com perfeição, serão lidas e encaminhadas na Sessão seguinte.

Comunica a Mesa que no Grande Expediente os apartes que forem dados aos oradores inscritos deverão ser dados nos dois microfones laterais, em vista dos microfones da Mesa estarem em pane.

Concedo a palavra para falar no Grande Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Inicialmente queremos manifestar desta Tribuna, a exemplo do líder da nossa Bancada e do nosso Partido, Deputado Ivo Thomazoni, a nossa satisfação pela indicação e nomeação do ex-Deputado Antonio Lopes Junior, para o Departamento de Justiça da Secretaria de Justiça.

Aqueles Deputados da ARENA e do MDB que tiveram a

oportunidade, no mandato passado, de conviver com o então Deputado Antonio Lopes Junior, deve inclusive sentir saudade pela forma cavalheiresca e pela lisura de seus pronunciamentos e pelo fino trato aos colegas Deputados.

Portanto, os nossos parabéns ao Sr. Secretário da Justiça, Dr. Odilon Tulio Vargas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, depois de aproximadamente quase 30 anos de luta de todas as classes do Paraná, dos Srs. Advogados, dos Srs. Empresários, da classe obreira deste Estado, da classe política, dos Magistrados, enfim, de todo o Paraná numa luta, e principalmente nos últimos três anos, teve o engajamento definitivo também do Governo do Estado do Paraná. Hoje, o paranaense, principalmente a classe empresarial e a classe trabalhadora pode se sentir tranquilo e também com a certeza de que felizmente o Paraná, dentro em breve, contará com o seu Tribunal Regional do Trabalho, desvinculando finalmente da 2ª Região ou, o seu desvinculamento do Tribunal sediado em São Paulo.

Mas se nós já temos a certeza do absoluto sucesso que será a instalação do Tribunal Regional do Trabalho em nosso Estado, nós sabemos que uma medida urgente também tanto quanto a instalação do Tribunal Regional do Trabalho será a criação de novas Juntas de Conciliação e Julgamento, pois todos nós sabemos que no Paraná somente 6 Juntas ou 7 Juntas, no momento, estão funcionando e instaladas: 3, na cidade de Curitiba, 1, na cidade de Guarapuava, 1 em União da Vitória e 1 na cidade de Londrina.

Nestas condições então, num trabalho de pesquisa realizado principalmente com o apoio da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Paraná, nós elaboramos um Requerimento que, se aprovado por esta Casa, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro Luiz Roberto Rezende Coelho, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, no qual se justifica e se solicita a criação e instalação de mais 18 Juntas de Conciliação e Julgamento em nosso Estado.

Sabemos também nós, de que Projeto neste sentido deverá ser oriundo do Executivo Federal ao Congresso Nacional, mas, sabemos também o quanto pesa e o quanto valerá na formação deste Projeto, a opinião do Tribunal Superior do Trabalho, pois não resta dúvida de que, principalmente tendo como Presidente do TST, um eminente jurista brasileiro, Dr. Victor Russomano, que, inclusive, recebeu o título de Cidadão Honorário pelo Estado do Paraná, aprovado por esta Casa, que foi talvez um dos homens que mais trabalhou e que mais auxiliou o trabalho do Estado do Paraná, que a instalação do TST, aqui na nossa Capital.

Nestas condições, passaremos a ler este Requerimento: (Lê):

"Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado a S. Exa. Ministro LUIZ ROBERTO REZENDE PUECH, digníssimo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, um Expediente solicitando a criação de JUSTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO, nos seguintes municípios do Estado do Paraná: TELÊMACO BORBA, PARANAVAÍ, GUARAPUAVA, U-MUARAMA, IPORÃ, APUCARANA, PORECATU, CURITIBA (mais três), FRANCISCO BELTRÃO, CASCAVEL, JACAREZINHO, MARAINGÁ, CAMPO MOURÃO, LONDRINA (mais uma) FOZ DO IGUAÇU e CORNÉLIO PROCÓPIO; e, EXTENSÃO DE JURISPRUDÊNCIA das Juntas de Conciliação e Julgamento de PARANAGUÁ, PONTA GROSSA e UNIÃO DA VITÓRIA. — (Assume a Presidência o Sr. Deputado Gabriel Sampaio).

JUSTIFICATIVA:

Cumpre-me, antes de entrar no mérito da questão, por um motivo de reconhecimento e justiça, agradecer o especial empenho que também S. Exa. Ministro LUIZ ROBERTO REZENDE

PUECHE, vem dando à criação de um TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO, em nosso Estado.

Há muito tempo, desde a criação da Justiça do Trabalho em nosso País, os trabalhadores paranaenses vem lutando ferrenhamente pela instalação de um Tribunal Regional Local, para solução dos problemas trabalhistas surgidos, em segunda instância. Hoje que, com grande satisfação, graças a Deus e às autoridades constituídas de nosso País, falta pouco, muito pouco mesmo, para que esse acalentado sonho se transforme numa maravilhosa realidade, em nome do povo paranaense, venho manifestar numa maravilhosa realidade, em nome do povo paranaense, venho manifestar toda a sua satisfação e todo o seu orgulho.

Contudo, com o respeito e acatamento devido, quero dizer que a criação de um TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO, com sede em nossa Capital, ainda não é suficiente para sanar toda a problemática existente neste setor, sendo imperiosa a criação de mais Juntas de Conciliação e Julgamento.

E, como se isso não bastasse, o Estado do Paraná ocupa o terceiro lugar em termos de população, vindo logo após São Paulo e Minas Gerais, Estados estes cuja classe trabalhadora vem sendo amparada pela Justiça especializada.

Sem a existência desta Justiça, ao invés de um equilíbrio entre o capital e o trabalho, teremos, consequentemente, um desequilíbrio social cada vez maior, indubitável fonte geradora de insatisfação.

E dizemos mais:

O Paraná é um Estado ainda essencialmente agrícola. No campo vamos encontrar a grande massa trabalhadora.

E o que é oferecido a estes homens para compensá-los das árduas lides do dia a dia? Infelizmente muito pouco, ou quase nada. E estes trabalhadores, mãos que todos os outros, merecem a irrestrita proteção da Justiça do Trabalho.

Infelizmente a dura realidade aí está: o trabalhador rural, o homem que, até talvez inconscientemente (pois ele mesmo não sabe do seu alto valor), mais arduamente trabalha pelo enriquecimento de nossa Nação, vive praticamente marginalizado, desconsiderado pelos que fazem de seu trabalho um meio de enriquecer mais e mais.

E foi assim que, embaçados no grande problema que vem enfrentando a nossa gente, a classe trabalhadora de nosso Estado, fizemos um levantamento da necessidade imperiosa de uma Justiça especializada, concluindo pela urgente precisão de, no mínimo, mais dezoito (18) JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO no Paraná, bem como a EXTENSÃO DE JURISDIÇÃO das Juntas de Conciliação e Julgamento de PARANAGUÁ, PONTA GROSSA e UNIÃO DA VITÓRIA que, por ora, serão suficientes na contribuição decisiva de uma maior harmonia social.

As JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO propostas para o Estado do Paraná são as seguintes:

1 JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE TELÊMACO BORBA:

Levantamento Estatístico.

COMARCAS	MUNICÍPIOS	ÁREA km ²	POPUL.	TRAB.
Telêmaco Borba		1.715	17.877	
	Ortigueira	2.590	18.302	
Wenceslau Brás		388	15.698	
	Santana Itararé	249	7.546	
	S. José B. Vista	450	8.502	
Tibagi		3.799	20.603	
Reserva		1.818	20.958	
Curiuva		700	17.716	
	Sapopema	771	8.684	
Jaguariaíva		1.672	15.415	
	Arapoti	1.247	13.667	
Piraí do Sul		1.332	14.965	
Sengés		1.435	12.180	

Cândido de Abreu	1.451	14.543	
TOTAL	19.617	206.656	41.331

Num total de 19617 com uma população de 206.656 com 41.331 trabalhadores.

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Telêmaco Borba está localizada na área central do Estado, sendo de fácil acesso, encontrando-se ligada a outras cidades importantes, por diversas rodovias e ferrovias. Destaca-se também ali, uma importante indústria, a Indústria Klabin, de Papel e Celulose, com mais de três mil empregados. Em suma, trata-se de uma cidade que possui grande concentração de trabalhadores, dado o acentuado desenvolvimento industrial e agrícola. Esses trabalhadores desejam e reclamam uma assistência pronta e rápida.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE PARANAVAÍ

Levantamento Estatístico.

COMARCAS	MUNICÍPIOS	ÁREA km ²	POPUL.	TRAB.
Paranavaí		1.140	57.456	
	Amaporã	367	4.797	
	Guairaçá	471	7.968	
	N. Aliança Ivaí	116	1.948	
	Tamboara	195	9.798	
Loanda		744	19.225	
	Porto Rico	181	6.191	
	Querência Norte	800	11.021	
	S.Cruz M.Castelo	471	13.276	
	Pedro do Paraná	531	19.209	
Nova Esperança		396	29.101	
	Atalaia	141	6.538	
	Florai	200	10.999	
	Pres.Cast.Branco	117	5.775	
	Uniflor	94	4.174	
Alto Paraná		284	19.560	
	Sto.Ant.Caiuá	190	7.288	
	S.João Caiuá	312	10.284	
	Itamboara	216	11.638	
N. Londrina		146	10.684	
	Diamante Norte	209	7.621	
	Itaúna do Sul	146	4.615	
	Miraseiva	843	7.688	
Paranacity		322	11.702	
	Cruz. do Sul	240	8.148	
	Jardim Olinda	112	2.415	
	Paranapoema	173	4.051	
Par. do Norte		190	11.669	
	Mirador	221	3.141	
	S. Carlos do Ivaí	205	7.571	
Sta. Isavel do Ivaí		636	21.530	
	Planaltina Paraná	349	8.558	
Terra Rica		626	18.033	
TOTAL		10.853	383.666	76.733

JUSTIFICATIVA:

Atendendo aos apelos do Governo, esta região diversificou suas atividades, começando a dedicar-se em larga escala, à criação de gado, cultivando, paralelamente, diversas lavouras. Desta forma, está concentrada nesta região, uma grande massa de trabalhadores.

No entanto, quando qualquer demanda é levada ao conhecimento de seu órgão de classe, as questões, muitas vezes, são resolvidas em prejuízo para os trabalhadores, visto que, em decorrência da precária situação econômica em que se encontram não teriam a mínima condição de aguardar a tramitação de qualquer processo.

E, os casos que não são resolvidos por acordo ficam sujei-

tos ao parecer da Justiça comum, uma vez que na região não existe justiça especializada.

Acrescente-se ainda, que em decorrência da situação geográfica, sua base territorial estende-se ao longo da divisa com o Estado de Mato Grosso, possuindo nesta região diversas serrarias e indústrias de beneficiamento de madeira.

Desta forma, a Junta de Conciliação e Julgamento, a ser criada nesta região, trará enormes benefícios a considerável número de trabalhadores.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE GUARAPUAVA.

Levantamento Estatístico.

COMARCAS	MUNICÍPIOS	ÁREA km ²	POPUL.	TRAB.
Guarapuava		8.062	104.015	
	Pinhão	2.919	14.961	
Laranj. do Sul		4.227	31.300	
Pitanga		4.552	54.331	
	Palmital	1.632	28.000	
Prudentópolis		2.395	35.192	
TOTAL		23.787	267.799	53.559

JUSTIFICATIVA:

Guarapuava é o município maior produtor de trigo do Paraná, destacando-se também, pela quantidade de gado e de empresas que se dedicam à industrialização de madeira. Sua situação

geográfica faz com que sirva de Sede a todos os Municípios vizinhos, sendo que seu comércio ocupa lugar de destaque no desenvolvimento da região, constituindo-se num imperativo de Justiça a criação de JJC:

4. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE UMUARAMA.

Levantamento Estatístico.

COMARCAS	MUNICÍPIOS	ÁREA km ²	POPUL.	TRAB.
Umuarama		2.911	113.294	
	Alto Piquiri	800	39.626	
	Icaraíma	733	15.001	
Cruzeiro do Oeste	Maria Helena	834	24.911	
		696	37.742	
	Tuneiras do Oeste	685	19.930	
Cianorte	Tapejara	576	22.289	
		773	52.459	
	Cidade Gaucha	796	9.761	
	Guaporema	188	5.981	
	Indianópolis	--	11.662	
	Japurá	157	12.959	
	Jussara	223	9.419	
	Nova Olímpia	--	9.505	
	Rondon	628	72.032	
	São Tomé	214	9.312	
	Tapira	--	20.995	
TOTAL		10.216	486.878	88.720

4. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE IPORÃ

Levantamento Estatístico.

COMARCAS	MUNICÍPIOS	ÁREA km ²	POPUL.	TRAB.
Iporã		1.461	72.231	
	Guaira	517	32.733	
Xambrê	Terra Roxa	866	38.452	
		1.767	19.907	
	Altônia	--	41.283	
	Pérola	364	26.591	
TOTAL		4.975	231.197	44.615

JUSTIFICATIVAS:

Tanto Umuarama como Iporã são cidades possuídas de um intenso comércio, sendo, ainda, ambas, pontos convergentes de outras cidades vizinhas. Na região de UMUARAMA, destaca-se as cidades de Cruzeiro do Oeste e Cianorte, sendo que, também, a Rede Bancária, nessa região, vem se alastrando de maneira muito significativa. Na região de Iporã, destaca-se a cidade de Guaíra, este grande centro de atração turística, que, se bem explorado, poderá representar excelente fonte de riquezas.

5. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE APUCARANA.

Levantamento Estatístico.

COMARCAS	MUNICÍPIOS	ÁREA km ²	POPUL.	TRAB.
Apucarana		563	69.710	
	Borrazópolis	443	24.285	
	Cambira	344	20.261	
Arapongas		355	51.241	
	Sabáudia	199	8.336	
Ivaiporã		915	67.781	
	Jardim Alegre	475	34.867	
	Manoel Ribas	587	12.544	
	S. João do Ivaí	618	6.064	
Maringá do Sul		550	20.977	
	Califórnia	122	11.410	
	Rio Bom	96	10.234	
Jandaia do Sul		191	21.078	
	Bom Sucesso	310	16.349	
	Kaloré	310	13.383	
	Marumbi	167	12.580	
	S. Pedro do Ivaí	249	18.209	
Faxinal		951	34.138	
	Grandes Rios	982	36.520	
TOTAL		8.427	490.967	95.348

JUSTIFICATIVA:

Apucarana constitui-se numa das mais importantes cidades de nosso Estado. Além de sua situação geográfica privilegiada, destaca-se pelo seu intenso comércio, vasta rede bancária e algumas indústrias. Entroncamento rodo-ferroviário de todo o Norte do Estado, serve de escoadouro dos produtos da região.

Merecem destaque especial, dentro de sua esfera jurisdicional, as cidades de Arapongas, Jandaia do Sul e Ivaiporã, pelo seu intenso movimento comercial e indústrias em franco desenvolvimento.

Justifica-se plenamente a criação de uma Junta de Conciliação e Julgamento na cidade de Apucarana, tendo em vista a grande necessidade de uma maior proteção aos numerosos trabalhadores e que, consequentemente, trará reflexos benéficos à paz social, tão necessária ao próprio desenvolvimento.

6. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE PORECATU.

Levantamento Estatístico.

COMARCAS	MUNICÍPIOS	ÁREA km ²	POPUL.	TRAB.
Porecatu		290	22.292	
	Cent. do Sul	327	19.342	
	Florestópolis	263	9.773	
	Lupionópolis	123	5.944	
	Mariselva	176	4.327	
Colorado		398	16.126	
	Itaguaí	174	8.594	
	N. S. Graças	152	6.299	
	Santa Inês	134	4.841	
	Santo Inácio	273	8.369	

Rolândia	589	47.735
Jaguapitã	421	16.674
Cafeara	189	4.928
Guaraci	271	7.683
TOTAL	3.770	182.927

41.345

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a criação de uma JCJ na cidade de Porecatu, em virtude da existência de uma grande Usina de Açúcar "USINA CENTRAL PARANÁ", que, com a ampliação da Refinaria, comportará mais de 6.000 (seis mil) trabalhadores.

Por outro lado, merecem destaque especial as cidades de Rolândia e Jaguapitã, pelo intenso movimento comercial, ressaltando-se também, em Rolândia, indústrias de franco desenvolvimento.

Além do mais, toda esta região é grande produtora de Café, Cana-de-Açúcar e cereais em geral, havendo uma enorme necessidade de maior proteção à grande massa trabalhadora.

7. 8. e 9. JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CURITIBA (mais três).

Levantamento Estatístico

COMARCAS	MUNICÍPIOS	ÁREA km ²	POPUL.	TRAB.
Curitiba		431	604.104	
	Campina Grande	690	8.265	
	Piraquara	353	20.966	
	Quatro Barras	182	4.104	
	Rio Branco do Sul	1.081	25.163	
S. José dos Pinhais		976	32.420	
	Agudos do Sul	145	5.419	
	Mandirituba	524	10.982	
Lapa	Tijucas do Sul	--	7.894	
		2.125	32.213	
	Antonio Olinto	462	6.706	
Campo Largo	Contenda	272	6.413	
		1.289	34.340	
	Balsa Nova	337	4.750	
Rio Negro		561	18.652	
	Campo Tenente	326	3.630	
	Piên	267	5.349	
	Quitandinha	488	10.867	
S. Mateus do Sul		1.332	23.105	
Cerro Azul		2.126	19.335	
Bocaiúva do Sul		1.489	10.751	
	Adrianópolis	1.359	11.572	
		486	17.371	
Araucária		158	19.228	
Colombo		495	15.367	
TOTAL		17.954	958.966	191.793

JUSTIFICATIVA:

Curitiba dispensaria qualquer comentário, no que diz respeito à necessidade de criação de, no mínimo, mais três Juntas de Conciliação e Julgamento.

Contudo, gostaríamos de destacar que, sendo a Capital do Estado do Paraná, evidentemente, concentra uma enorme massa de trabalhadores nas indústrias, bancos, comércio em geral, além de trabalhadores avulsos e da área de construção.

Por outro lado, a Lei nº 5.630, de 02 de dezembro de 1970, ao estabelecer normas para a criação de órgãos de 1ª Instância, na Justiça do Trabalho, reconhece, no seu artigo 1º, "a necessidade de se criarem novos Órgãos nas áreas de jurisdição onde existem Juntas, quando a frequência de reclamações no período de três anos consecutivos, exceder, seguidamente, a um mil e quinhentos processos anuais".

As Juntas de Conciliação e Julgamento de Curitiba receberam, ao todo, 7 mil e 737 processos em 1972; 8 mil e 641 processos em 1973, e 11 mil e 433 processos em 1974. Embora a 4ª Junta só tenha sido instalada em 29 de outubro de 1974, se dividirmos aqueles totais por quatro, teremos: para 1972, um mil e 934 processos, para cada Junta; para 1973, 2 mil e 160; e para 1974, 2 mil e 858 processos (em anexo, quadros de distribuição de Processos, referentes ao ano de 1972, 73 e 74, fornecidos pela Justiça do Trabalho).

Assim sendo, estes números superam de muito aqueles apontados como limite de capacidade de cada Junta, conforme cópia do expediente que nos foi enviado pelo Dr. Pedro Ribeiro Tavares, Diretor do Fórum da Justiça do Trabalho em Curitiba, e que tomamos a liberdade de também anexar ao presente.

Saliente-se, por outro lado, o assombroso desenvolvimento desta Capital, principalmente com a implantação da "Cidade Industrial" e, a instalação de uma Refinaria da Petrobrás, que, inevitavelmente, trará a instalação de outras tantas indústrias.

Desta forma, é indiscutível a enorme necessidade de instalação de mais Juntas de Conciliação e Julgamento para esta Capital, a fim de que os processos trabalhistas não tenham que aguardar mais de um ano para sua solução, acarretando considerável prejuízo aos trabalhadores.

Sem qualquer sombra de dúvida, o constante crescimento de Curitiba absorveu a capacidade de, no mínimo, mais três Juntas de Conciliação e Julgamento.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE FRANCISCO BELTRÃO.

Levantamento Estatístico.

COMARCAS	MUNICÍPIOS	ÁREA km ²	POPUL.	TRAB.
Francisco Beltrão		777	37.068	
	Enéas Marques	399	12.889	
	Marmeleiro	535	12.720	
	Renascença	428	9.360	
	Sta. Isabel do Oeste	336	14.854	
Pato Branco		755	31.337	
	Itapejara Oeste	216	12.771	
	Verê	340	10.155	
	Vitorino	348	7.724	
Santo Antonio		658	29.157	
	Ampere	375	13.284	
Capanema		374	21.705	
	Cap. Léon. Marques	672	23.355	
	Pérola do Oeste	364	14.936	
	Planalto	281	17.225	
	Reserva	365	16.000	
Chopinzinho		1.170	27.392	
	São Jorge do Oeste	541	12.058	
	São João	227	15.749	
Clevelândia		649	13.877	
	Mariópolis	238	6.895	
Barracão		119	17.090	
	Salgado Filho	503	12.347	
Dois Vizinhos		679	37.252	
	Salto do Lontra	727	31.073	
Coronel Vivida		548	22.446	
	Mangueirinha	1.429	15.723	
TOTAL		14.053	496.442	99.288

JUSTIFICATIVA:

Francisco Beltrão é o centro da Região Sudoeste Paranaense, destacando-se pelo grande desenvolvimento que tem apresentando neste último decênio.

Seu comércio é muito intenso, centralizando todo o movimento desta Região do Estado.

Destacam-se ainda, em sua base territorial, as cidades de Pato Branco, Chopinzinho e Santo Antonio do Sudoeste, por se constituírem em importantes cidades, em franco desenvolvimento.

Concentram-se ainda, nesta região, as principais indústrias de beneficiamento de madeira, que alimenta o mercado exportador.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CASCAVEL. Levantamento Estatístico.

COMARCAS	MUNICÍPIOS	ÁREA km ²	POPUL.	TRAB.
Cascavel		2.274	90.855	
	Corbléia	1.258	39.937	
	Catanduvas	1.295	25.906	
Toledo		2.099	69.012	
	Palotina	1.079	41.990	
Formosa do Oeste		664	44.524	
	Nova Aurora	-	30.672	
Maã. Cândido Rondon		1.777	43.702	
Assis Chateaubriand		1.167	75.604	
Guaraniaçu		1.976	25.000	
	Quedas do Iguaçu (ex-Campo Novo)		11.322	
TOTAL		13.589	498.524	101.800

JUSTIFICATIVA:

Mais importante cidade do Oeste Paranaense, sendo a Capital Madeireira do Paraná.

Possui intenso comércio, ao lado de pequenas indústrias, em pleno desenvolvimento, assistidas por uma vasta rede bancária.

Além do café, algodão e trigo, cultivam-se em suas terras produtos de real importância para o desenvolvimento do Estado do Brasil.

— (Reassume a Presidência o Sr. Deputado Paulo Camargo).

A maior parte das questões trabalhistas desta região, falece nos Escritórios de Advocacia, através de acordos danosos, ou, nas entidades Sindicais, onde, embora emnos prejudiciais, nem por isso deixam de ser lesivos aos interesses dos trabalhadores.

12. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JACAREZINHO.

Levantamento Estatístico.

COMARCAS	MUNICÍPIOS	ÁREA km ²	POPUL.	TRAB.
Jacarezinho		595	38.806	
	Barra do Jacaré	438	6.666	
Stº Ant. da Platina		714	28.856	
Cambará		374	45.832	
Ribeirão do Pinhal		395	19.091	
	Abatiá	269	18.263	
	Judiai do Sul	311	8.517	
Andirá		229	20.311	
	Itamaracá	216	11.638	
Congoinhas			18.416	
	Stº Ant. Paraíso	714	7.191	
Ribeirão Claro		331	14.675	
Siqueira Campos		208	15.749	
	Salto do Itararé	253	7.412	
Tomazina		568	20.043	
	Jaboti	98	5.905	
	Pinhalão	260	7.960	
Ibaiti		861	31.534	
	Japira	248	8.313	
	Cons. Mairink	216	6.553	
Joaquim Távora		252	12.425	

	Guapirama	138	5.136	
	Quatiguá	108	6.117	
Carlópolis		445	15.591	
TOTAL		7.669	360.689	81.800

JUSTIFICATIVA:

Município situado no "Norte Velho Paranaense", berço da cultura cafeeira em nosso Estado, destaca-se pela sua sólida economia, fruto da tradição que vem mantendo no mercado agrícola.

Embora a cidade de Jacarezinho, indicada para sediar a Justiça trabalhista da região, possua pequena densidade demográfica, está cercada por outros municípios, onde esta densidade se eleva em cifras bem mais expressivas.

Encontram-se em pleno funcionamento, na região, minas de carvão diversas, proporcionando uma nova fonte de riquezas.

Face à própria natureza deste tipo de indústria extratora, os trabalhadores mineiros tem merecido tratamento especial nos textos legais, sendo que, em caso de questões trabalhistas, todas as peculiaridades inerentes a estes trabalhadores tem que ser apreciadas.

Inexistindo a Justiça especializada, todas as questões surgidas são encaminhadas à Justiça comum que, via de regra, não possui a vivência necessária para um perfeito julgamento.

Portanto, a criação de uma Junta de Conciliação e Julgamento neste Município, constitui-se numa necessidade imprescindível a fim de que se promova o mais perfeito equilíbrio social.

13. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE FOZ DO IGUAÇU.

Levantamento Estatístico.

COMARCAS	MUNICÍPIOS	ÁREA km ²	POPUL.	TRAB.
Foz do Iguaçu		909	34.377	
	S. Miguel do Iguaçu	1.237	25.285	
Medianeira		1.765	31.378	
	Santa Helena	742	26.911	
Matelândia		2.580	24.617	
	Céu Azul	608	23.260	
TOTAL		7.841	165.828	38.423

JUSTIFICATIVA:

A inexistência de uma Justiça especializada nesta região traz danos incalculáveis para todos os trabalhadores, principalmente agora, com a implantação da "USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU", que vem atraindo um número realmente assombroso de pessoas, que ali vão trabalhar.

Em suma, nossa pretensão visa proporcionar maior proteção aos numerosos trabalhadores desta vasta região paranaense.

14. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE MARINGÁ.

Levantamento Estatístico.

COMARCAS	MUNICÍPIOS	ÁREA km ²	POPUL.	TRAB.
Maringá		509	118.000	
	Doutor Camargo	115	8.269	
	Floresta	157	8.316	
	Floriano			
	Ivatuba	95	13.928	
	Paissandu	180	12.988	
Astorga		437	25.328	
	Iguaraçu	248	9.871	
	Flórida	91	2.996	
	Lobato	256	6.206	
	Munhoz de Mello	133	7.413	

	Santa Fé	271	11.530	
M. Iguaçu		324	16.745	
	Ourizona	177	8.335	
	São Jorge do Ivaí	339	17.948	
Mariaiva		600	37.608	
	Itambé	243	15.141	
Mandaguari		243	30.730	
TOTAL		3.818	338.364	77.978

JUSTIFICATIVAS:

Indubitavelmente, trata-se de uma das regiões de maior desenvolvimento dentro do Estado do Paraná, conforme pode comprovar o seu intenso comércio, ao lado de uma industrialização, que se processa rapidamente, amparada por diversas casas de crédito.

Na agricultura, destacam-se às lavouras de café, milho, soja, amendoim, algodão, etc.

Comarca de grande importância, concentrando uma expressivo número de trabalhadores, vem sofrendo as consequências da falta de uma justiça especializada.

A criação de uma JCJ em MARINGÁ trata grandes benefícios aos trabalhadores da região, proporcionando paz e justiça social a sua população.

O SR' VALTER PIETRÂNGELO - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Quero congratular-me com a iniciativa de V. Exa., porque realmente os trabalhadores de nosso Estado estão desamparados no aspecto da justiça trabalhista.

Com referência a Maringá, meu caro Deputado, já não é sem tempo que os Sindicatos de nosso trabalhadores e as autoridades maringenses e estaduais vem reivindicando uma Junta de Conciliação e Julgamento. Desde junho de 71, obedecendo todos os requisitos da Lei nº 5.630, de 2 de dezembro de 1970, parece-me está o processo reivindicando a Junta de Conciliação e Julgamento da cidade de Maringá, nas gavetas do Ministério da Justiça já com os pareceres favoráveis do Tribunal Regional do Trabalho instalado na cidade de São Paulo e do Trabalho Superior do Trabalho.

Em Maringá uma audiência de conciliação demora entre oito a doze meses e quanto isto vai para o Tribunal chega a cinco anos ou mais.

Nesta condição nosso trabalhador na sua simplicidade, na maioria das vezes, espera o pior, sofre as injustiças mais absurdas, justamente, motivadas pelo distanciamento da justiça trabalhista.

Juntamos as vozes do povo de Maringá à recomendação de V. Exa. para que o setor competente do Governo Federal possa, numa filosofia, numa diretriz distanciada da burocracia que escraviza nossa gente, ouvir as reivindicações legítimas do nosso Estado e principalmente na questão que trata da Junta de Conciliação e Julgamento de minha cidade.

Muito obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT - Eu é que agradeço ao eminente Deputado e antes de continuar a ler este trabalho posso afirmar à Casa o seguinte:

Evidentemente, este trabalho não é todo meu e para a sua confecção foi realizada uma pesquisa no Estado do Paraná todo, nos foros de justiça, junto aos promotores, junto aos advogados das mais variadas categorias, junto às federações de trabalhadores, inclusive num levantamento total do número de pessoas com dados de trabalho de cada um. Se fôssemos ler aqui teríamos que ficar mais umas quatro horas lendo aqueles volumosos dados colhidos nas entidades com a participação de quase todas as categorias.

Hoje trazemos uma síntese desses dados à Casa justamente quando está fazendo uma semana em que o Sr. Ministro Luiz Roberto Rezende Puech esteve em Curitiba, em audiência com

o Sr. Governador já tratando do local de instalação da sede da CLT no Paraná.

Nós, como dirigentes sindicais sabemos, em particular, que, talvez, as entidades sindicais de Maringá, enfim a cidade de Maringá, foi a cidade que mais se bateu pela criação de uma Junta de Conciliação e Julgamento.

(Lendo):

"JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CAMPO MOURÃO.

Levantamento Estatístico.

COMARCAS	MUNICÍPIOS	ÁREA km ²	POPUL.	TRAB.
Campo Mourão		2.068	88.777	
	Barbosa Ferraz	706	37.794	
	Boa Esperança	295	14.115	
	Iretama	590	15.062	
	Janiópolis	374	22.768	
	Roncador	727	13.432	
Peabiru	Mamborê	1.273	34.325	
		557	24.179	
	Araruna	468	23.358	
Goio-Erê	Terra Boa	290	19.711	
		1.100	73.028	
	Moreira Sales	391	22.892	
Engº Beltrão	Mariluz	539	22.000	
		412	25.320	
	Quinta do Sol	313	16.000	
TOTAL		10.103	446.761	95.350

JUSTIFICATIVA:

Constitui-se numa vasta região produtora de café, soja, milho, trigo, feijão, amendoim, algodão, etc.

Ressalte-se a cidade de Campo Mourão, proposta para instalação de uma Junta de Conciliação e Julgamento, onde a intensificação do comércio e desenvolvimento de pequenas indústrias a tornam independente e possuidora de considerável parcela de trabalhadores.

Essa região vem sendo objeto das mais clamorosas questões muitas delas resolvidas através de acordos lesivos aos interesses dos menos favorecidos, tornando-se indispensável a existência de uma Justiça especialmente, a fim de que fatos como esses sejam mais facilmente evitados".

"JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE LONDRINA

(mais uma) Levantamento Estatístico.

COMARCAS	MUNICÍPIOS	ÁREA km ²	POPUL.	TRAB.
Londrina		2.116	228.000	
		442	35.548	
Cambé		210	18.203	
		391	19.249	
Bela Vista do Paraíso	Alv. do Sul	260	27.000	
		414	24.291	
Ibiporã		458	22.104	
		727	24.614	
Primeiro de Maio		-180	12.298	
	Sta. Cecília Pavão			
TOTAL		5.198	411.307	82.216

JUSTIFICATIVAS:

Londrina é a mais importante cidade do Interior paranaense. Já possui uma junta de Conciliação e Julgamento, para onde são encaminhadas as questões trabalhistas da própria cidade, Cambé e Ibiporã.

Segundo totamos conhecimento, somente em 1974, transitaram pela Junta de Conciliação e Julgamento de Londrina, aproximadamente 4000 dissídios individuais e 4500 homologações, excluindo-se, naturalmente, as

homologações efetuadas pelos órgãos de classe.

A existência de uma única Junta de Conciliação e Julgamento é atualmente insuficiente para dar vazão a todas as questões que sobem à sua consideração.

Assim, visando sanar essa deficiência e estender a assistência da Justiça do Trabalho a outras cidades próximas, propomos a criação em Londrina, de mais uma JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO passando a jurisdição das duas a cobrir as seguintes cidades: Cambé, Bela Vista do Paraíso, Alvorada do Sul, Ibiporã, Primeiro de Maio, Sertãoópolis, São Jerônimo da Serra e Santa Cecília do Pavão.

JUNTA DA CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CORNÉLIO PROCÓPIO. Levantamento Estatístico.

COMARCAS	MUNICÍPIOS	ÁREA km ²	POPUL.	TRAB.
Cornélio Procopio		671	49.749	
	Sertaneja	453	13.613	
	Leópolis	417	12.084	
Santa Mariana		410	22.824	
	Nova América da Colina	149	6.892	
	São Sebastião da Amoreira	187	12.929	
Uraí		271	18.735	
	Jataizinho	191	10.838	
	Rancho Alegre	139	7.481	
Nova Fátima		249	12.564	
	Bandeirantes	424	41.590	
	Santa Amélia	84	7.121	
TOTAL		3.645	216.420	41.108

JUSTIFICATIVAS:

Constituiu-se numa região que vem apresentando notável desenvolvimento, salientando-se a cidade de Cornélio Procopio, proposta para instalação de uma Junta de Conciliação e Julgamento, onde o comércio é bastante expressivo e, conseqüentemente, uma grande massa de trabalhadores ali se concentra, destacando-se, em especial, o trabalhador assalariado.

Dessa forma, faz-se imprescindível a existência de uma Justiça, especializada nessa região, a fim de resolver com mais propriedade as inúmeras questões ali surgidas.

E, propomos, ainda, a EXTENSÃO DE JURISDIÇÃO DAS seguintes JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO:

Levantamento Estatístico:

COMARCAS	MUNICÍPIOS	ÁREA km ²	POP.	TRAB.
Paranaguá		901	62.510	
	Guaraqueçaba	2.000	6.162	
	Matinhos		4.302	
Morretes		757	11.838	
	Antonina	821	16.457	
Guaratuba		1.352	8.515	
TOTAL:		5.831	109.784	21.956

JUSTIFICATIVAS:

Em Paranaguá, acha-se instalada uma Junta de Conciliação e Julgamento, cuja área assistencial cobre apenas os municípios de Paranaguá e Matinhos.

Visando estender a outras localidades a cobertura da Justiça Trabalhista, propomos a inclusão também dos municípios de Guaraqueçaba, Morretes, Antonina e Guaratuba em sua área de Jurisdição.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE UNIÃO DA VITÓRIA. Levantamento Estatístico.

COMARCAS	MUNICÍPIOS	ÁREA km2	POPUL.	TRAB.
União da Vitória		786	29.764	
	Bituruna	1.248	9.076	
	Cruz Machado	1.700	13.574	
	Gal. Carneiro	916	6.849	
	Paula Freitas	367	4.698	
Palmas	Porto Vitória	290	3.103	
		2.860	14.032	
Rebouças	Paulo Frontin	361	5.398	
		490	10.937	
	Rio Azul	608	9.482	
TOTAL:		10.411	116.741	23.348

JUSTIFICATIVAS:

Objetivando estender a assistência da Justiça Trabalhista a um grande número de municípios, sugerimos a inclusão na área de jurisdição da Junta de Conciliação e julgamento de União da Vitória de mais as seguintes: Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paula Freitas, Porto Vitória, Palmas, Mallet, Rebouças, Paulo Frontin e Rio Azul.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE PONTA GROSSA. Levantamento Estatístico.

COMARCAS	MUNICÍPIOS	ÁREA Km2	POPUL.	TRAB.
Ponta Grossa		1.730	126.830	
	Irati	976	36.723	
Palmeira	Inácio Martins	1.023	7.773	
	Porto Amazonas	1.552	20.218	
Castro		188		
		3.016	37.115	
Ipiranga		956	9.625	
	Ivaí	569	9.963	
Imbituva		1.072	20.469	
	Teixeira Soares	1.329	12.754	
TOTAL:		12.411	285.181	57.036

JUSTIFICATIVAS:

Apesar de possuir uma Junta de Conciliação e Julgamento, os trabalhadores dessa região sofrem terríveis injustiças, uma vez que a referida Junta limita-se a atender o município de Ponta Grossa, deixando os trabalhadores dos municípios vizinhos sem qualquer assistência.

Toda essa região conta com boa rede bancária, grande número de estabelecimentos comerciais, firmas madeireiras e algumas metalúrgicas.

Além das Fazendas existentes em toda essa vasta área, que se dedicam principalmente à criação de gado, também a cultura do trigo merece papel relevante.

Assim sendo, com o objetivo de beneficiar, com a justiça especializada, um grande número de trabalhadores, que vivem em completo esquecimento, propomos a inclusão, na área de jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Ponta Grossa, dos seguintes municípios: Irati, Inácio Martins, Palmeira, Porto Amazonas, Castro, Ipiranga, Ivaí, Imbituva e Teixeira Soares.

Concluindo, cumpre-nos acrescentar ainda que, com respeito à densidade demográfica, este trabalho foi elaborado com base no Censo de 1970, tendo havido, a partir desse ano, um aumento de, no mínimo, 30 por cento da população citada.

Dessa forma, acreditamos estar a nossa sugestão, para instalação de mais 18 JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO, no Estado do Paraná, a EXTENSÃO DE JURISDIÇÃO das Juntas de Conciliação e Julgamento de PARANAGUÁ, PONTA GROSSA e UNIÃO DA VITÓRIA, perfeitamente enquadrada dentro do plano da realidade, constituindo-se numa necessidade imperiosa.

Apoiados no alto e valoroso espírito público de que é dotado V. Exa., aproveitamos o ensejo para externar os mais profundos votos de consideração e real apreço.

Curitiba, 15 de abril de 1975.

a) Deputado JOSÉ LÁZARO DUMONT.

aa

Sr. Presidente, Srs. Deputados, evidentemente que, talvez para atender às necessidades prementes do Estado do Paraná com respeito à instalação de Juntas de Conciliação e Julgamento, haveria necessidade da criação de no mínimo mais 30 Juntas de Conciliação e julgamento, mas todos nós sabemos do custo para essas instalações, da demora.

Então a nossa idéia da realização desse trabalho e a idéia de outra pessoa que participara para que esse trabalho fosse elaborado foi de pedir um número que se julga ainda insuficiente mas que, se atendido, já resolverá pelo menos nas principais regiões do Estado do Paraná este problema gravíssimo que é a da Justiça Especializada. A classe trabalhadora, que nós sabemos e os Srs. sabem que não é somente a classe trabalhadora que terá os grandes benefícios com a instalação da Justiça Especializada. A classe empregadora também terá muitos e muitos benefícios, pois evitará uma série de demarches, uma série de demora que se tem num processo da Justiça comum. A classe dos advogados que, evidentemente, será uma das classes mais principais dentro da Justiça Especializada, pois desta forma nós estaríamos dando condições sociais de desenvolvimento do nosso Estado, o Estado do Paraná. Como disse o nosso companheiro, o nosso colega Valter Pietrângelo, não é possível que nós ainda em termos de justiça aceitemos ou temos que aceitar aquilo que se dá de imediato porque não sabemos quanto tempo irá demorar um processo. Um outro fato lamentoso é de se lamentar no Estado do Paraná. Quantos advogados nós temos nesta Casa; é a interpretação dos textos de lei, dos Srs. Juizes da Justiça comum. É comum os juizes, na interpretação do Estatuto da Terra ou do Estatuto do Trabalhador Rural, quase todos eles têm forma de pensar diferente quanto à aplicação do Instituto da Terra ou o Instituto do Trabalhador Rural. E nós sabemos que o trabalhador rural é a maioria dos trabalhadores do Paraná mesmo nos seus contratos de parceria ou nos seus contratos de arrendamento, mas a tutela constante do patrão em cima dele, lhe dá a característica de trabalhador quase que assalariado e, nestas condições, a Justiça do Trabalho poderá aproveitar grandemente em favor também da classe trabalhadora rural do Estado do Paraná. Agradeço a atenção dos Srs. Deputados e solicito dos nobres Deputados que nos acompanhem neste Requerimento, para que o Paraná preencha definitivamente esta lacuna que, desde 1943, foi aberta quando da criação da Justiça Especializada e que se deixou o Paraná de lado. Se naquela época, por uma questão ou outra não se justificasse a criação da Justiça Trabalhista do Estado do Paraná, mas há muitos anos, Paraná se faz necessário desta Justiça e, terminando o nosso pronunciamento, fazer justiça a todos aqueles que incansável e sempre esperançosos, há muitos e muitos anos começaram, continuaram e ainda estão lutando para uma Justiça Trabalhista no Estado do Paraná. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Restam 5 minutos para o fim do Grande Expediente.

Com a palavra o Sr. Deputado Ivo Thomazoni, segundo orador inscrito.

O SR. IVO THOMAZONI — Solicitaria de V. Exa. que transfira a minha inscrição para o Grande Expediente da Sessão de segunda-feira, porque amanhã, sexta-feira abriremos mão desta inscrição.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 06/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 07/74, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Segurança e os Municípios de Moreira Salles e São Sebastião da Amoreira, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, bem como a manutenção e conservação dos referidos equipamentos. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 08/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 09/74 que aprova os Termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Piên e Leopólis, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C. F. e C.P. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 04/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 200/74, que aprova o Termo Aditivo firmado ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando programa sobre “Estudo para o Desenvolvimento Regional do Noroeste do Estado do Paraná”, com parecer **favorável** da C.C.J. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 209/73, de autoria do Dep. Maurício Fruet, que isenta da Contribuição mensal devida ao Instituto de Previdência do Estado, servidores públicos inativos, civis, militares e autárquicos, assegurando-se-lhes os benefícios previdenciários e assistenciais. Pareceres **favoráveis** da C.C.J. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação). —

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O Sr. Deputado Maurício Fruet pretende através do Projeto de Lei nº 209/73, “isentar da contribuição mensal devida ao IPE, servidores públicos inativos, civis, militares e autárquicos, assegurando a eles os benefícios previdenciários e assistenciais”.

De passagem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando formulamos Requerimento para adiamento de discussão deste Plano de Lei numa das sessões da semana finda, lembro-me que havia me referido ao fato de que a justificativa que acompanha este Plano de Lei, fazendo uma afirmação que não era correta. Porquanto, apregoava para os inativos do Estado do Paraná, igualdade de condições com os servidores civis da União que segundo a justificativa, estes, quando se aposentam, deixam de contribuir para o Estado, ficando entretanto, com todos os direitos previdenciários assistenciais, inerentes aos servidores em atividades. Procurei diligenciar sobre a exatidão da justificativa, procurando também levantar dados que pudesse me orientar quanto ao comportamento da nossa Bancada, face aos benefícios pretendidos para os inativos estaduais, pelo Sr. Deputado, autor, recebi do Instituto de Previdência do Estado, primeiro uma comunicação do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, assinado pelo Sr. Maurício Souza, Superintendente, e endereçado ao Sr. José Maria de Azevedo, vasado nos seguintes termos: (Lê):

Sr. Superintendente:

Vimos pelo presente solicitar os valiosos préstimos de V.S., no sentido de informar a este Instituto, se os funcionários públi-

cos federais inativos e aposentados, contribuem para esse órgão Previdenciário.

O aludido pedido prende-se à necessidade de instrução por esta Autarquia em Projeto de Lei que tramita perante a Assembléia Legislativa do Estado, referente a isenção de pagamento dessa obrigação ao servidor estadual em idêntica situação, alicerçado na premissa do que existe referido benefício na área do Governo Federal.

Como aos Estados, por força Constitucional compete tão somente legislar supletivamente quanto a assuntos pertinentes a espécie, a informação se reveste de inestimável valor, motivo pelo qual, antecipadamente agradecemos a colaboração a ser emprestada por esse Órgão Previdenciário, sabiamente dirigido por V.S.

Este ofício é do Sr. Superintendente do IPE, dirigido ao Sr. Superintendente do IPASE.

Ofício endereçado ao Sr. José Maria Azevedo, vasado nos seguintes termos: (Lê):

Sr. Superintendente:

Em atenção ao Ofício nº 55/75, do Departamento de Previdência, temos a informar o seguinte:

Os servidores aposentados a partir de 19.6.41 (data da vigência do Decreto-lei nº 3347/41, que instituiu o regime de benefício da Família dos segurados do IPASE, são segurados do IPASE e, portanto, contribuintes obrigatórios, sofrendo os descontos compulsoriamente, o que perdura até a presente data.

Para efeito de ilustração, temos a acrescentar que, quando foi instituído o atual regime de benefício de família em 1941, o Decreto-Lei 3347, de 12.06.41, publicado em 19.06.41, em seu artigo 2º, item “a”, dispõe:

“Art. 2º — São obrigatoriamente segurados do IPASE, para efeito de regime de benefício neste Decreto.

.....
Parágrafo único — Não se compreendem como segurados, para os fins deste artigo:

a) os funcionários aposentados até a data da publicação deste Decreto-Lei, ou os de mais de 68 anos de idade.”

Os dispositivos supra transcritos significam dizer que os servidores que já se encontravam aposentados em 19.06.41 foram excluídos do plano de previdência instituído, ficando as suas famílias sem amparo previdenciário por parte do IPASE.

Somente em 1958, com o advento da Lei 3373/58 é que foi corrigida a injustiça, permitindo que os servidores aposentados anteriormente a 19.06.41 contribuissem facultativamente para o IPASE, assegurando, desse modo, a seus beneficiários, as vantagens do seguro social, pensão e pecúlio especial.

Sem outro particular, apresentamos a V. Sa. os nossos protestos de estima e consideração, aproveitando a oportunidade para colocarmos a seu inteiro dispor para qualquer outro esclarecimento sobre o assunto.

Saudações.

MAURÍCIO DE SOUZA MOURA — Superintendente.

Devo dizer que está anexado ao Ofício 55/75, do IPE, endereçado ao mui digno Superintendente do IPASE, Sr. Maurício de Souza Moura.

Vou ler também ofício dirigido a este Deputado, pelo Sr. José Maria Azevedo, Superintendente do IPE.

“Senhor, Deputado:

Tendo em vista a aprovação, em segunda discussão, do Projeto de Lei nº 209/73, de autoria do ilustre Deputado Maurício Fruet, sempre bem intencionado no sentido de servir a nobre classe dos funcionários públicos a quem reconhecemos seu alto valor e saber jurídico, no caso presente, equivocado na origem e versando matéria previdenciária, sem que houvesse uma audiên-

cia acauteladora deste órgão, constitucionalmente incumbido de sua prestação sentimo-nos no dever de, em nome do próprio funcionalismo público estadual (a quem pertence o IPE), pugnar-mos pela indispensável rejeição ou retirada da referida lei embri-onária, apoiados nos argumentos de fato e de direito expendidos a seguir.

Visa o Projeto de Lei em exame a isenção de contribuição para o regime de previdência dos servidores inativos do Estado, sob a justificativa de qual tal proceder seria adotado no plano federal pelo IPASE, no pressuposto de constitucionalidades e de não oneração do Órgão Previdenciário. Contudo, "data vênua", incorre qualquer dos fundamentos invocados:

- a)- porque, ao contrário do exposto na justificativa, os servidores inativos da União são contribuintes obrigatórios do IPASE (ofício anexo, da Superintendência do IPASE);
- b)- Porque o servidor inativo não perde a condição de funcionário e, como tal, está obrigado a contribuir para a previdência social estadual, nos termos do que estatui o art. 77, § 1º, da Carta Política Estadual;
- c)- porque o projeto, como concebido, onera sobremaneira o Órgão Previdenciário, retirando-lhe 17,70 por cento de sua receita, ou seja 965 mil, 134 cruzeiros, para um resultado geral de 5 milhões, quatrocentos mil e trezentos e oitenta e três cruzeiros, e paralelamente, impondo-lhe, sem fonte de custeio, a correspondente prestação assistencial e previdenciária, em flagrante e frontal ofensa à disposição vigente contida no art. 165, § único, da Lei Maior da República.

Em conclusão, face ao equívoco do argumento da justificativa e não procedendo a fundamentação da Comissão de Finanças, apoiados em falsas premissas, além de contrários aos interesses da coletividade previdenciária que, em última análise teria prejudicadas e esvaziadas as suas reservas para dar cobertura ao encargo que se quer criar, sem fonte de custeio, ao arripio da Constituição, o projeto salvo melhor juízo, é socialmente prejudicial ao interesse da coletividade previdenciária e, no plano legal, marcadamente inconstitucional".

Sei, Sr. Presidente, que é limitado o tempo deste Deputado na Tribuna, para discutir a proposição. Razão pela qual, usei de muitos documentos para melhor ilustrar o posicionamento da minha Bancada que é contrária ao Projeto de Lei nº 209/73 e ter condições de defender a proposição.

Mas, queria dizer que já, providências governamentais, estão sendo adotadas no sentido de que os inativos e os dependentes de funcionários públicos passam a ter maior retribuição a partir, possivelmente, dos próximos dias, com o aumento dos cinquenta por cento hoje destinados...

O SR. MUGGIATI FILHO - V. Exa. permite um aparte?
Assentimento.

Nobre Deputado, permita-me uma indagação, apenas para poder atinar com a orientação de V. Exa. em relação aos problemas do IPE. Há um outro projeto, hoje em discussão, relativamente ao IPE, de autoria do ilustre ex-Deputado Haroldo Bianchi, sobre o valor do auxílio devido ao cônjuge funcionário, quando ambos são contribuintes.

Com pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças e Orçamento, elevando para 100% o valor das contribuições, no caso de internamento hospitalar. Não estou lendo o projeto, mas sei que é isso que pretende. V. Exa., e a Ilustre Bancada da ARENA, também votarão contra esse projeto?

O SR. IVO THOMAZONI - A Bancada não tem posição ainda assim assumida quanto ao Projeto de Lei do Deputado Haroldo Bianchi, mas pelas informações, o IPE, já está adotando medidas para aumentar de 50% para 70% a contribuição do ins-

tituto, no pagamento das despesas hospitalares dos servidores e seus dependentes.

Aliás, já aprovado pelo Sr. Governador, e em condições de ser posto em execução a partir de hoje.

Queria referir-me também, que quanto ao pecúlio que hoje é na ordem de 6 mil cruzeiros, foi ampliado para um teto equivalente a 10 vezes o vencimento percebido pelo servidor.

O SR. MUGGIATI FILHO - 70% para o próprio contribuinte, já é.

O SR. IVO THOMAZONI - É 50%, e 50% para os dependentes.

O SR. MUGGIATI FILHO - Ao que me consta, o marido funcionário recebe 70% e os dependentes, esposa e filhos, percebem 30%. O que o Deputado Haroldo Bianchi pretende é elevar para 100% o valor que é devido ao marido e mulher que sejam contribuintes do Instituto, bem como a seus dependentes, no caso de internamento hospitalar. Em último projeto a ser discutido no dia de hoje.

De modo que apenas estou insistindo no assunto, porque me parece de suma importância que se tome posição em relação aos dois projetos, uma vez que há interesse nisto, por parte dos contribuintes da Previdência Social do Estado.

O SR. IVO THOMAZONI - A Justificativa do Deputado Haroldo Bianchi realmente não traduz a verdade, porque os dependentes do servidor público não percebem 70% do valor total da despesa, cálculo este conforme a tabela da entidade. O IPE pretende agora para o funcionário contribuinte e seus dependentes, ressarcir até 70% do total desta despesa. Para o funcionário, o ressarcimento, quer me parecer, é da ordem de 50% e 30% para os dependentes do servidor.

O SR. MUGGIATI FILHO - Estava informado de que era 70% para o servidor e 30% para o dependente.

O SR. IVO THOMAZONI - O aumento será até 70% para os dependentes também. Quanto ao cônjuge também contribuinte, o Instituto somará 100% para o ressarcimento das despesas hospitalares; quero crer que ainda caberá oportunidade de consultar o órgão. E se valesse uma opinião pessoal, pessoalmente temos que compreender que se ambos contribuem, um deixa de ser dependente de outro. Somando os benefícios de cada um, obteríamos 140%.

Pretendia falar sobre este assunto no Grande Expediente para evitar o retardamento da sessão, mas não foi possível. Entretanto, quero dizer que a Bancada da Arena, perfeitamente informada sobre o assunto, votará contra o Projeto de Lei nº 209/73, de autoria do eminente Deputado Maurício Fruct.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Continua em votação.

O SR. PRESIDENTE - Continua em discussão o Projeto de Lei nº 209/73.

O SR. MUGGIATI FILHO - (Para discutir) Sr. Presidente, Sr. Deputados.

Pudemos deduzir da tomada de posição do Ilustre Líder do Governo nesta Casa, e de sua Ilustre Bancada, que o Governo ou o Instituto de Previdência do Estado acha que o projeto ora em discussão é oneroso e além disto seria Inconstitucional, com fundamento no art. 77, parágrafo primeiro da Carta Estadual.

Mas, nos parece, logo à primeira vista, que o art. 77, dispõe: "A filiação aos órgãos de previdência do Estado é compulsória, inclusive para os magistrados, serventários da justiça e militares. A ausência de inscrição não prejudicará o direito dos dependentes obrigatórios, na ordem legal, em caso de morte".

Então, nenhuma restrição existe, em verdade, ao projeto em discussão, com base na Constituição. Porque, claramente, o que a Constituição pede é que o funcionário se inscreva, para ter direito aos benefícios do Instituto de Previdência do Estado; entre a sua inscrição para ser beneficiário do IPE e quando o fun-

cionário se tornar inativo receber a sua aposentadoria e deixar de contribuir, vai uma diferença muito grande.

De modo que, permita-me o ilustre Líder do Governo, mas a citação que aliás não é de sua autoria mas do órgão que enviou a S. Exa. as razões contrárias ao Projeto, são fundamentalmente improcedentes. Então o Projeto é constitucional mesmo porque passou também pelo crivo da CCJ que nenhuma inconstitucionalidade nele encontrou. E não nos parece mesmo, para falar sobre a Previdência de um modo geral, que possa se invocar a constitucionalidade de um ato que nada mais é, nada mais pode representar do que fazer justiça àqueles que durante toda a sua vida prestaram serviços ao Estado e recebem, na velhice, os benefícios de uma aposentadoria ou se tornem inativos por força de circunstâncias que a nenhum realmente é de ser desejada.

O SR. IVO THOMAZONI – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Muggiati Filho, o parágrafo primeiro, invocado pelo Instituto Previdenciário, tem a redação que V. Exa. leu, e eu me permitiria repeti-lo: “A filiação ao órgão de Previdência do Estado é compulsória, inclusive para o Magistério, Serventuários da Justiça e Militares.

Senão vejamos: A ausência de inscrição não prejudicará o direito dos dependentes, em caso de morte. Quer me parecer que o autor da proposição pretende assistir o servidor em vida, e seus dependentes.

O SR. MUGGIATI FILHO – Perfeitamente. A Constituição inclusive, foi votada e discutida por V. Exa. na legislatura passada. Também entendo desta forma.

O SR. IVO THOMAZONI – Não há dispositivo constitucional que assegure ao inativo não inscrito a percepção de qualquer assistência. Também na Constituição não encontramos guarda para este princípio, e desde que invocado pelo autor do Projeto é analogia do órgão de Previdência Federal, analogia que não existe porque um documento assinado por Mário de Souza Melo, Superintendente do Órgão Previdenciário, é claro, ao afirmar que só os funcionários públicos federais aposentados até a data da publicação do Decreto Lei nº 33/47, de 1941, e os demais de 68 anos de idade àquela época não aposentados, é que estariam isentos da obrigatoriedade, estariam excluídos dos benefícios e do amparo previdenciários por parte do Ipase e veja V. Exa., que isto aqui foi uma injustiça tão flagrante e ela só foi corrigida muitos anos depois, com o advento de uma Lei de 1958, 17 anos depois é que foi facultada a inscrição de inativos ao Ipase, para que, assegurados como, deste modo percebessem os seus beneficiários as vantagens do seguro social, pensão e pecúlio especial. Quer dizer a fundamentação da justificativa desta Liderança está exatamente no ponto de que, para se beneficiar, deve estar inscrito e estar contribuindo e a segunda fundamentação é de que a exclusão deste desconto representaria uma quebra na arrecadação do Instituto, na ordem de quase 18% com possíveis prejuízos para o servidor do Estado, prejuízo que nós gostaríamos de evitar no instante em que a Mensagem Governamental já está sendo posta em prática, no sentido de ampliar a faixa de benefícios. Era o aparte que pretendia dar a V. Exa. e agradecer.

O SR. MUGGIATI FILHO – Muito obrigado. V. Exa. é um estudioso da matéria, mas como V. Exa. entendia neste caso, permita-me V. Exa., como em muitos casos, o argumento ao “contrário senso” é falso. Se nós formos basear em argumentos ao contrário para decidirmos sobre dúvidas de processos legislativos, nós cometeremos até aberrações legislativas neste Plenário, porque também ao contrário do que disse V. Exa. o órgão previdenciário do trabalhador brasileiro cogita hoje e já em andamento, da extensão das contribuições dos aposentados, daqueles que receberam, sejam ativos da sua idade ou ativos da incapacidade, a sua aposentadoria, de modo tal, Sr. Presidente, Srs. Deputados,

que o sentido da Constituição não pode ser discricionário. Trabalhador tanto é o trabalhador de gabinete, como o trabalhador do campo. A classificação, a qualificação de funcionário público para trabalhador, para funcionário de banco, para funcionário de autarquia, não tira, na realidade da pessoa, do homem ou da mulher, a sua condição de trabalhador, tanto é o trabalhador o funcionário público como o trabalhador do campo. São homens que prestam serviços de uma forma ou de outra, à Nação, e o fato é que todos tem o mesmo objetivo de se socorrerem de uma garantia para sua família, para o qual o Estado também é responsável. Veja V. Exa. que a Constituição de fato não determina que se dê, como disse V. Exa. ao trabalhador a dispensa da contribuição assim que entra em inatividade, mas não estamos cogitando de que a Constituição concede, mas de que a Constituição proíba. É uma coisa completamente diferente. Eminentemente Líder Ivo Thomazoni, se ela não proíbe, ela admite, se ela não veda, é porque nós temos passagem franca neste terreno, neste setor, a não ser que façamos aqui somente projetos estereotipados naquilo que a Constituição expressamente autoriza. Então, nós nos reuniremos talvez, quando muito, de dez em dez anos.

Porque não precisaria das Casas Legislativas para legislar aquilo que exorressamente é a autorização constitucional.

Porisso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acreditamos que a eminente Bancada da ARENA reexamine a posição. Há dois projetos hoje em discussão sobre os inativos sobre o IPE. São interesses que realmente visem, em toda a sua profundidade, os interesses do Estado, mas acima de tudo nós não podemos discriminar, e o Estado não pode se louvar também num déficit de 18%, segundo entendi das palavras do eminente Deputado Ivo Thomazoni. 18% para negar ao funcionário inativo o direito que lhe assegura o projeto em discussão.

Se nós formos raciocinar também desta forma, não haverá iniciativa que implique inicialmente em despesas. É preciso que não se confesse de público esta falta de administração. Mas nós não podemos admitir que a Superintendência do IPE venha confessar, de público, esta incapacidade administrativa. E é porisso, que nós nos mantemos fiéis ao Projeto e votaremos nele.

O SR. IVO THOMAZONI – V. Exa. acaba de afirmar que o servidor inativo não perde a condição de funcionário.

O SR. MUGGIATI FILHO – Eu não fiz esta afirmação, foi V. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI – Nobre Deputado, mesmo em atividade...

O SR. MUGGIATI FILHO – Sabe V. Exa. que ele é um funcionário aposentado.

O SR. IVO THOMAZONI – Como interpretaria V. Exa. o Art.

165- § Único da Lei Maior da República? Porque quer me parecer, nobre Deputado, que há uma legislação no tocante ao sistema previdenciário, toda ela, emanada da Lei Maior. O que nós pretendemos fixar, é que no instante em que o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado está procurando melhor se estruturar, ampliando a faixa de benefícios aos servidores estaduais e aos seus dependentes e também aos inativos e não é justo que se pretenda tirar da receita do IPE, que não é tão grande como alguns pensam, quase 20% do total de sua disponibilidade.

O SR. MUGGIATI FILHO – Nobre Deputado Ivo Thomazoni.

V. Exa. cita o Art. 165, § Único, da Constituição Federal. Como V. Exa. não o fez, vou ler o texto para que a Casa tome conhecimento. (Lê):

“Art. 165: A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros, que, nos termos da lei, visem a melhoria de sua condição social:

§ Único – Nenhuma prestação de serviço de assistência ou de benefício compreendidos na previdência social será criada, majorada ou estendida, sem a correspondente, fonte de custeio total”.

Mas o serviço que estamos a exigir do Instituto é um servi-

ço que está criado e está funcionando e que por alguma analogia poderá ser entendido neste artigo.

V. Exa. aludiu ao § Único, mas o artigo trata principalmente dos trabalhadores e a Constituição faz no seu trato, não uma diferenciação, mas uma separação em relação aos trabalhadores e aos funcionários públicos.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, nobre Deputado, quero que V. Exa. veja a minha posição que, quer me parecer, é do aluno...

O SR. MUGGIATI FILHO — Sei que a posição de V. Exa. é delicada.

O SR. IVO THOMAZONI — ... quero que V. Exa. veja em mim o aluno impertinente aflando com o mestre...

O SR. MUGGIATI FILHO — Não apoiado.

O SR. IVO THOMAZONI — ... e como tal, o meu entendimento não poderia ser correto.

Quer me parecer que o § Único do Art. 165, quando afirma: "Nenhuma prestação de serviço de assistência ou de benefício compreendidos na previdência social, será criada, majorada ou estendida, sem a correspondente fonte de custeio total".

E qual, nobre Deputado, é a fonte de custeio total para a prestação de serviços previdenciários para o inativo senão a consignação do desconto que se faz da pensão paga ao inativo.

O SR. MUGGIATI FILHO — Invoco o Art. 165, inciso 16, da Constituição Federal: "previdência social nos casos de doença, velhice, invalidez, e morte, seguro-desemprego, seguro contra acidentes do trabalho e proteção da maternidade, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado".

O SR. IVO THOMAZONI — Mas o parágrafo único deste mesmo Artigo é específico.

O SR. MUGGIATI FILHO — O parágrafo único não atinge este mesmo caso, porque não estamos tratando nem de prestação de serviços, nem de benefícios. Mas, apenas de isenção.

O SR. IVO THOMAZONI — O Sr. Deputado Maurício Fruet não pretende só aposentadoria. Veja V. Exa. o inciso 16, do Artigo 165 prevê o que V. Exa. já citou.

O SR. MUGGIATI FILHO — Quero que V. Exa. confira a Constituição Federal que estabeleceu a melhoria da condição social do trabalhador, através de 20 incisos, no Art. 165.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — V. Exa. permite um aparte? Assentimento.

Agradeço o aparte que V. Exa. me concede neste momento. Conforme ouvi da explanação do Líder da ARENA, o mesmo afirmou nesta Casa que deixa de ser funcionário público aquele que já está aposentado. Então, também, nobre Líder do MDB, deixa de ser trabalhador e passa a ser ex-trabalhador o funcionário público que é aposentado.

Porque o artigo que o Líder da ARENA abordou, que diz que não pode ser provida esta assistência sem uma fonte geradora, e esta fonte seria o próprio trabalhador. Mas, acontece que desde que o trabalhador passa para a inatividade, ele deixa de ser trabalhador para ser ex-trabalhador. Era o aparte que gostaria de levar a V. Exa., nobre Líder do MDB.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço a contribuição de V. Exa. E concluindo, não deve ficar sem registro também que a matéria se torna de interesse da administração da Previdência do Estado, somente após ter sido aprovada em duas discussões, por esta Casa e quando mais de um ano e meio de sua tramitação e sua publicação, se passaram. Aqui vale o registro, porque parecemos que a administração pública, nunca deu na Legislativa passada, em verdade, a devida atenção aos projetos em tramitação, pelo Poder Legislativo. Isto talvez em consequência de sua condição enormemente majoritária e também, naturalmente, por en-

tender-se no uso e gozo franqueado de uma opinião pública enterpretada através de manifestações passadas.

Não podemos, por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixar de anotar as alegações do próprio órgão representativo do Estado na Previdência Social no sentido de recusar a iniciativa.

Seria, reiterando aquilo que afirmamos, muito melhor para o Estado, para os servidores públicos, civis, militares e autárquicos e para as famílias de todos os servidores, de todos os trabalhadores do Estado que sentissem aquilo que se procura traduzir em lei e que é uma aspiração constatada por todos nós junto a eles.

Afinal não é outro o dever do Estado e do próprio órgão previdenciários do que procurar as soluções adequadas a esses problemas e que poderia ter sido muito facilmente ajustado ao próprio Projeto em 3ª discussão se o tivesse sido feito em tempo oportuno.

Não acreditamos, portanto, em ofensa à Constituição nem à Estadual e nem à Federal. Por isto nossa Bancada mantém sua posição esperando que a Casa toda examine, afastando qualquer outro objetivo deste Projeto, daqueles que votam favoravelmente o Projeto, da própria Casa, que não seja o de conseguirmos subir, pelo menos, mais um degrau na escala da evolução que deve marcar e tem marcado em todo o mundo através dos tempos, a Previdência Social. Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o Projeto de Lei nº 209/73.

O SR. MAURÍCIO FRUET — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Disse ontem o eminente Deputado Ivo Thomazoni nesta Assembléia, muitas vezes, um parlemantar atribulado com tantos problemas acaba por deixar passar despercebidos certos fatos, quando aparteava o eminente Deputado que se encontrava nesta Tribuna, e disse-o bem o Líder da ARENA, Realmente, as atribuições da vida parlamentar são realmente absorventes, e às vezes porisso os parlamentares podem perfeitamente incorrer em pequenos erros, e ao apresentarmos a Justificativa deste Projeto afirmamos que os servidores civis da União, servidores que contribuem para o IPASE em suas atividades, quando se aposentarem, automaticamente deixavam de recolher estas importâncias. É o que realmente está acontecendo.

Houve alteração em 1958 justamente com este sentido e com este objetivo.

Justificou o Deputado Ivo Thomazoni a posição de sua Bancada com relação a este Projeto; o aspecto constitucional invocado pelo dedicado Deputado, os aspectos constitucionais foram plenamente debatidos desta Tribuna pelo ilustre Líder e heremeneuta Deputado Muggiati Filho; a solicitação de Sua Excelência Líder da Aliança Renovadora Nacional, em retirar por 5 sessões este Projeto foi realmente de grande valia, porque, se de um lado, com certidão assinada pelo Superintendente do IPASE no Estado do Paraná, Sua Excelência demonstrou o equívoco do autor na apresentação da Justificativa, por outro lado também quase que neste mesmo espaço de tempo Sua Excelência o Sr. Presidente da República anunciou a toda a Nação o envio, ao Congresso Nacional, possibilitando ao servidor público federal a contagem recíproca de tempo de serviço por contribuições prestadas ao Instituto Nacional de Previdência Social e vice-versa.

Ocorre, Srs. Deputados, que o funcionário, ou, digo, o trabalhador contribuinte do INPS, em sua aposentadoria, no instante em que passa a gozar daquele benefício não mais contribui com importância alguma ao Instituto de Previdência.

Este benefício será estendido também ao funcionário público federal — por que nós, do Paraná, não podemos dar o mesmo atendimento a um funcionário, que é justo e acima de tudo tem um largo alcance social. Porque, Srs. Deputados, se alguém está ferindo a Constituição, infelizmente é o Estado do Paraná,

problema já colocado pelo Líder emedebista quando citando o artigo 77 da nossa Constituição que afirma em seu item 2º que o Estado promoverá o bem estar e o aperfeiçoamento físico e intelectual do funcionário público e de suas famílias e, para este fim, dará assistência hospitalar gratuita - fato que lamentavelmente não ocorre.

O Instituto de Previdência do Estado, procura, dentro das suas possibilidades, atender os servidores do nosso Estado, porém, com um resultado indispensável, que se faz numa sociedade moderna e dinâmica considerada flexível. Poder-se-iam criar situações no sentido de que se tornasse desnecessária a contribuição do inativo.

Vejam os Srs. Deputados que inúmeras entidades no setor assistencial e vou citar algumas, CAPEMI, MONTEPIO DA FAMÍLIA MILITAR, MONGERAL, MONTEPAR, recebem as contribuições, em alguns casos, durante apenas 5 anos, 10 anos e assegura já ao contribuinte a sua aposentadoria, sem que caiba a este, qualquer ônus. Se uma entidade particular consegue reunir condições para prestação desses serviços, porque o Estado não procura dinamizar a flexibilizar sua legislação previdenciária, para estender este mesmo benefício aos seus funcionários. Entendo justo sobre todos os aspectos a medida e peço aos eminentes companheiros desta Casa, da Arena e do MDB que, se porventura este Projeto não venha acolher, por absoluta impossibilidade, a alteração por parte do Poder Executivo, que esta Casa de leis que representa ponderável parcela do funcionalismo do nosso Estado, deixe que este assunto estrapole da área do Executivo e possa, então, o Legislativo se entender que não existe condição alguma para a extensão deste benefício ao funcionário inativo, então, que venha o Executivo justificar apresentando suas razões pelas quais seria impossível atender este benefício. Mas não está em jogo apenas a simples aprovação deste Projeto, está em jogo, isto sim, perante a opinião pública do Paraná, principalmente perante o funcionalismo do nosso Estado, a posição da Assembléia Legislativa, a posição do Poder Legislativo do nosso Estado, porque se houvesse rasuras constitucionais neste Projeto, se houvesse razões para sua aprovação que facilmente pudesse ser identificados, aí sim, teriam razões os companheiros da Arena para levarem como questão partidária, a votação deste Projeto agora. Caso contrário, seria difícil para todos nós integrantes deste Poder, se afirmar ao funcionalismo inativo que pouco recebe em retribuição a anos de serviços prestados ao povo do Paraná e apesar de pouco receber, se vê obrigado a contribuir retirando de seus parcos vencimentos.

O SR. IVO THOMAZONI - Inicialmente, quero fixar bem a posição da Arena, os dispositivos constitucionais invocados são válidos no nosso entendimento, para que a propositura de V. Exa. que o IPE já adotou medidas no sentido de alcançar até cem por cento o benefício para os inativos que hoje é de cinquenta por cento, na sua pensão porque, além dos cinquenta por cento será acrescido mais dez por cento por dependente, porque a viúva passará a receber sessenta por cento e mais dez para cada dependente, cinquenta por cento mais 10 por dependente, chegando a cem por cento do vencimento do funcionário quando ainda na ativa. Verifico que V. Exa. está preocupado em colocar nossa Bancada como se estivesse num plano antagônico ao interesse do funcionalismo público inativo. V. Exa., eu não quis dizer desta Tribuna, mas o erro foi de V. Exa. que, ao argumentar...

O SR. MAURÍCIO FRUET - V. Exa. não entendeu minha oração.

O SR. IVO THOMAZONI - ... em favor do plano de Lei apresentado por V. Exa. fez uma afirmação há dois anos atrás, que não era verdade, porque V. Exa. o foi quem afirmou que o funcionalismo público federal estava isento da contribuição quando inativo.

Eu busquei informações, porque aquela era a fundamentação,

principal naquela época, era a fundamentação principal, se não a única fundamentação apresentada por V. Exa. no seu plano de lei, pretendendo com ela dar fundamentação ao plano de lei de V. Exa. e V. Exa. vem à Tribuna e invoca outros tantos argumentos, aos quais V. Exa. quer que nos curvemos.

V. Exa. haverá de entender mais do que ninguém, que o Governo que hoje praticamente se inicia neste Estado, se preocupa com os inativos e também a sorte dos funcionários estaduais no tocante à assistência previdenciária. Porque já foram anunciadas nesta Casa, poucos dias por mim, a ampliação da parte dos benefícios do IPE. Agora, eu pedi, ou melhor, vim para apelar à minha Bancada que não permita que o IPE não tenha caixa para continuar cumprindo com seus compromissos assumidos exatamente com a assistência previdenciária aos inativos e aos funcionários civis e militares do Estado, e mesmo autárquicos.

Então V. Exa. por favor, não pretenda fazer com que o funcionário público estadual veja na Bancada da ARENA um contendor, pelo contrário aqui na nossa Bancada se abrigam os maiores defensores da causa do funcionalismo estadual. Outro dia já demos aqui uma demonstração de que o Governo não é contra tudo no que se pretende significar benefício para qualquer classe funcional. Porque, com o apoio governamental nós já derrubamos aqui um veto governamental para beneficiar uma reduzida classe funcional desta Assembléia e de um outro órgão de administração pública brasileira.

Então, nobre Deputado Maurício Fruet, vamos votar contra a posição de V. Exa., e não vai nisso nenhuma desconsideração ao trabalho brilhante que V. Exa. tem desenvolvido ao longo dos anos nesta Casa, pelo contrário, admiramos o espírito público de V. Exa.; admiramos também o espírito de solidariedade humana que V. Exa. está possuindo em pretender ajudar mais. Mas o que nós estamos é preocupado com a sobrevivência do Instituto que a cada dia que passa está se organizando melhor para melhor cumprir com a sua obrigação. Desculpe se o meu aparte foi longo, nobre Deputado, mas é apenas, para situar a ARENA neste episódio. Obrigado.

O SR. MAURÍCIO FRUET - Agradeço o aparte de V. Exa., mas gostaria de fazer uma restrição à observação inicial do seu aparte.

Fizemos um apelo à Bancada da ARENA, não que fora esta Bancada, contra a pretensão do funcionalismo público como por ilação, como pretendeu V. Exa. afirmar. Nós afirmamos objetivamente que o funcionalismo público e seus familiares, uma parcela ponderável da população do nosso Estado, se razões maiores houvessem, para que este Projeto não fosse aprovado, viessem elas bem explícitas do Poder Executivo, pormenorizadas, porque ninguém de nós deseja valer-se do IPE, o que nós queremos isto sim, é que dentro da flexibilidade de uma sociedade moderna, um Instituto de Previdência do Estado, também acompanhe estas finanças, e que também procure ao lado de entidades particulares que se dedicam ao setor previdenciário, condições, para proporcionar melhor assistência aos seus filiados.

Esse, é o nosso principal objetivo, já fizemos observações lembrando mais uma vez ao encerrar, que S. Exa. o Sr. Presidente da República determinou a contagem da reciprocidade de tempo, para fins de aposentadoria aos então contribuintes do INPS. Os funcionários públicos, federais e autárquicos, contribuíam para o IPASE e, por conseguinte, a partir deste instante o funcionalismo público federal deixou de contribuir para o IPASE.

SR. PRESIDENTE - Em discussão o Projeto.

O SR. ENÉAS FARIA - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra o Sr. Deputado, para discutir

O SR. ENÉAS FARIA - Sr. Presidente, permita-me que aqui e

agora traga a minha reverência, a minha homenagem ao eminente Deputado Maurício Fruet que mesmo na Legislatura passada, sem número e sem condições, junto a alguns outros que aqui estão, levantava a bandeira das lutas populares, muitas vezes, sem perspectivas de êxito. Assim mesmo fizeram, em sua passagem por esta Assembléia Legislativa, talvez a mais vibrante e a mais eloquente demonstração do quanto podem alguns poucos, de quanto pode uma reduzida minoria quando está animada por um ideal verdadeiro.

Sr. Presidente parece que o Projeto proposto pelo eminente Deputado Maurício Fruet visa o aperfeiçoamento do sistema previdenciário do Estado. Será desnecessário comentar e discutir tudo o que abarca a proposição de S. Exa. Em contrapartida e em resposta, surge nesta Casa, pela voz do eminente e ilustrado Líder da Bancada Arenista, a refutação fundamental em três itens. E entendo que quem está agora refutando, quem está agora se contradizendo, quem estava até agora lutando contra a aprovação do Projeto, não era a ilustrada Bancada da ARENA, não era a figura do eminente líder do Governo nesta Casa. Pela documentação que S. Exa. trouxe pela condição que S. Exa. incorpora de líder do Governo, sua voz neste episódio é a voz do Governo e o Governo falou por sua voz, trazendo o tripe para a refutação.

E foi S. Exa. o primeiro a reconhecer, no abalado pronunciamento do Deputado Muggiati Filho, que não há transgressão constitucional, que não há, na iniciativa do Deputado Maurício Fruet, qualquer atitude capaz de vir afetar a lei magna do Estado ou da Nação. Este o primeiro dos aspectos.

O segundo se deveu a uma analogia que se quer manter. E se força, e se busca manter, se procura manter esta analogia.

E eu me pergunto, e pergunto à esta Casa: quando chega a hora de sermos nós os criativos? Quando chega a hora de ganharmos nossa independência? Quando chega a hora de nos afirmarmos como homens?

Estamos aqui para idealizar e propor, e até para inovar, e inovando, exemplificarmos aos demais Estados e à própria União.

E o terceiro aspecto, sobre o qual há pouco se falou, parece-me na verdade, a raiz da questão, a fonte de divergência. E parece até o grande obstáculo para que esta Casa, para que o Governo do Estado, acabe por concordar, por aceitar a iniciativa. Isto representado pela diminuição da receita, e que veio aqui ter, pelos documentos oficiais do IPE, em números corretos, em percentagens perfeitamente ajustadas. Esta a grande preocupação, esta de que pouco se falou, representa, na verdade, o grande fosso que está a marcar até mesmo a filosofia do Governo, e a impossibilidade de irmos atender àqueles que mais necessitam, que realmente necessitam de atendimento.

Mas, isto também não sensibiliza o Poder Executivo.

Isto parece, também, não ser o suficiente. O grande problema do dia a dia, do cotidiano, o drama que se estampa na vida de cada um dos funcionários do Estado, mormente dos inativos, parece que, além de não sensibilizar o Governo, também parece não despertar a sensibilidade da própria Bancada da Aliança Renovadora Nacional. Talvez possamos encontrar uma atitude que acabe por afirmar nossa independência, uma atitude que possa recomendar ao Poder Executivo um pouco mais de sensibilidade, um pouco mais de humanidade, no tratamento do homem que mantém ativa a máquina administrativa do Estado.

Tenho aqui em mãos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma belíssima publicação do Governo do Estado, que em nada fica a dever a qualquer edição gráfica em qualquer lugar. Sob todos os aspectos, perfeita, contendo e de forma propagandísticas, as realizações governamentais.

Tenho para mim quem nem mesmo os Srs. Deputados do Governo conhecem esta publicação. Não tiveram oportunidade de manuseá-la, não foram presenteados e nem convidados a comprá-la. Como de resto me parece também que ninguém nesta terra, ou poucos, tiveram acesso a este, como diria, Relatório do Governo do Estado.

Mas quero também informar que cerca de 30 mil exemplares, bem confeccionados, custaram cerca de 900 mil cruzeiros. Portanto, quantia quase igual ao que se reduziria da receita do IPE. Mais grave ainda, esta realização do Governo, quer me parecer, custou aos cofres do Governo tanto dinheiro, e se encontra até hoje encaixotada, arquivada, guardada, sem vir à luz, sem vir à divulgação. Não vale a pena cogitar do por quê.

Apenas fiz a referência para que se entenda que o Executivo, que não quer deixar de perceber os 900 mil cruzeiros que seriam deduzidos, se aprovado este Projeto, é o mesmo Poder que gasta os mesmos 900 mil cruzeiros numa publicação que não chegou a ser divulgada.

Srs. Deputados, não se convence os que já estão convencidos. Talvez até desnecessário o desfilar por esta Tribuna, tentando dizer alguma coisa, sensibilizar de alguma forma. Mas é preciso que nossa atitude seja clara, positiva e pública e é para tanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que encerrando, gostaria de encaminhar à Mesa um Requerimento para que as posições ficassem marcadas, para que esta Casa, acima de quaisquer outras injunções, possa mostrar a face ao público, e que as decisões aqui adotadas sejam elas publicadas, sejam elas conhecidas, porque o grande juiz dos nossos atos, é o povo que nos mandou para cá, que nos outorgou o mandato que estamos usufruindo. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, na forma do § 2º do Art. 159, do Regimento Interno, votação nominal para o Projeto de Lei nº 209/73.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1975.

a) ENÉAS FARIA".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho também, já pronto para trazer ao crivo desta Casa, e só não o faço agora por uma condição de respeito e cavalheirismo e me permito consultar, e farei posteriormente, o eminente autor da matéria para obter ou não a sua aquiescência para emendar-lhe o Projeto.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. através de seu Requerimento, pretende, de acordo com o Regimento, que os Srs. Deputados identifiquem-se por ocasião da votação deste Projeto.

Não há porque a ARENA não aceite o Requerimento proposto por V. Exa., porque, em instante nenhum, qualquer dos membros de nossa Bancada pretendeu sofismar. Se vota contra o Projeto do eminente Deputado Maurício Fruet, é porque já entendeu que as razões estão suficientemente esclarecidas.

Não temos preocupação da identificação neste episódio. Se V. Exa. mantiver o Requerimento, votaremos com seu Requerimento e haveremos de proceder de forma a que cada um vote e tenha publicada a sua posição.

O SR. ENÉAS FARIA — Agradeço o aparte e mais ainda a notícia que o eminente Líder da ARENA nos traz.

Quando dizia o porque do Requerimento isto tinha um só objetivo, que era o de instar S. Exa. para que viesse de público dizer o que disse. Contaremos com o apoio de alguma Bancada da Arena para aprovação do Requerimento.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Aproveitando esta oportunidade gostaria de colocar a minha posição nesta discussão que já se faz algum tempo neste Plenário a respeito do Projeto do eminente Deputado Maurício Fruet.

Pelo que entendi em algumas das discussões efetuadas por membros da Arena e do MDB, talvez esteja havendo alguma confusão, ou alguma diferenciação de conceituação a respeito de aposentadoria e pensão.

Entendemos, Deputado Enéas Faria, que a pensão tanto

dos funcionários em atividade, não aposentados e os funcionários em inatividade, descontam, todos eles, determinadas importâncias em seus salários mensais para pensão, isto é, aquela contribuição que eles receberão, através de suas famílias no caso de sua falta.

Portanto, apenas para esclarecimento em caso de pensão, com relação a aposentadoria, nenhum funcionário desconta dinheiro algum, ao contrário do poder privado. No Poder Público, o funcionário aposentado não desconta nunca nenhum centavo para essa aposentadoria. Ao contrário da pensão se desconta quando em inatividade, e quando em atividade. Pensão esta que tem a cobertura do Instituto de Aposentadoria, no caso o IPE do Paraná. Então o ativo e o inativo gozam do que vem a ser o seu seguro de vida, que possam dar à sua família, aos seus descendentes, aquela tranquilidade que possam vir a ter, no caso do seu falecimento. Então, tanto o desconto do ativo quanto o do inativo é válido.

Esta a nossa posição também.
Muito obrigado.

O SR. ENÉAS FARIA — Dizia que não ofereceria Emenda, sem antes consultar o autor do Projeto. Pretendo assim, tomar uma atitude de elegância com relação ao autor da iniciativa.

Não o farei agora, vou deixar esta Tribuna. Deixo-a com o Requerimento à consideração da Casa, já de antemão sabendo-o aprovado, diante das declarações da liderança da ARENA.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o Projeto.

O SR. NILSO SQUAREZI — (Para discutir). — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o eminente Líder do Governo invocou, por analogia, o dispositivo constitucional do artigo 165, parágrafo único, da Constituição Federal, em que está previsto que “nenhuma prestação de serviço de assistência ou de benefício compreendido na Previdência Social será criada, majorada ou estendida, sem a correspondente fonte de custeio total”.

Através de Ofício endereçado ao IPE, sentimos que há uma preocupação daquele Instituto, por um corte parcial na sua arrecadação que estaria, segundo informação do seu Superintendente, na ordem de 18%.

Mas, a título de esclarecimento, veja-se o artigo 165, invocado pelo eminente Líder do Governo, no seu número 16, quando esclarece: “Nos casos de doença, invalidez e morte, seguro-desemprego, velhice, acidentes de trabalho e proteção da maternidade, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado”.

Mediante contribuição, seria da disposição da Constituição da União, do empregador e do empregado.

A Constituição tem normas amplas e aqui se emprega o termo CONTRIBUIÇÃO QUE É A QUE VISA O PRESENTE PROJETO, isentar da contribuição. Vejamos o que é a definição de contribuição na palavra de um grande jurista brasileiro, que é Pontes de Miranda que comenta a Constituição de 67, porque se nós vamos isentar de contribuição me parece fundamental que tenhamos um conceito do que seja contribuição a fim de que o Quadro fique completamente esclarecido e desse esclarecimento possamos tomar a nossa posição. Diz Pontes de Miranda:

(Lê): “Quando a lei fixa o quantum da contribuição de empregador ou de empregado, para que se aplique o Artigo 165, nº 16 da Constituição de 67, não tributa. Não há imposto ou taxa no sentido de espécie de tributo. A determinação legal de quanto a a que por força de regra jurídica constitucional cogente, porém não auto suficiente, estão vinculados o empregador e o empregado. Chamar-se “taxa” a tal contribuição prestável, por dever, seria o mesmo que chamar-se taxa ao que a lei fixe quantia ao quanto de alimentos por parentesco ou por vínculo conjugal. No sentido do Direito Constitucional e do Direito Tributário, só é taxa o que a entidade estatal exige como tributo corresponsivo a prestação da entidade estatal. Quando a lei determina o que há de prestar a União, o empregador e o empregado, de modo nenhum tributa”.

Tri-partido, a regra geral é a contribuição, seja tri-partida pela União, empregador e empregado. Diz ainda Pontes de Miranda: (Lê):

“Assim, a legislação do trabalho pode impor a formação de instituições de seguros, apontando o papel e a contribuição que nelas devem ter os empregadores, ou determinar, para as empresas de muitos empregados, a criação de caixas especiais, mistas ou não; ou, ainda, exigir que todos os empregados sejam segurados em institutos de direito público, ou de direito privado, pelos empregadores, com ou sem contribuições dos empregados. Nenhuma dessas regras jurídicas atenta contra a constituição, pois é a Constituição mesma que implicitamente o sugere.

Uma das consequências da regra jurídica do Artigo 165, XVI, é a de não poder ser extinta a instituição de seguros do desemprego, de invalidez, de vida, de velhice, ou de acidentes do trabalho, por força de lei”.

O que a lei não pode é extinguir este seguro. A regra geral é que deve ser tripartida. Isto se refere ao empregador e não ao inativo que perde a total condição de empregado. Portanto, não vejo inconstitucionalidade como disse o eminente Líder Muggiati Filho. A Constituição não proíbe, não veda, portanto, o Legislador pode criar os casos especiais quando não há taxativa proibição da Lei Maior. Ora, nós sabemos de que o inativo, na maioria dos casos, não tem fonte de renda própria, então, quer nos parecer de que o critério de justiça de exigir dele a contribuição nos mesmos moldes daquele que está ganhando, daquele que está na potencialidade da sua energia, é um tratamento desigual, se o cidadão, se o empregado está cumprindo a sua tarefa, está na plena potencialidade de sua vida, está contribuindo, é evidente para ter posteriormente então, uma pensão.

Se ele trabalha durante longos anos, na perspectiva de ter o seu Instituto de Previdência Social, parece-me que então não seria Previdência, porque aí, perde a sua definição “Previdência” se ela não cumprir com as suas finalidades. Ele o faz, porque prevê alguma coisa para o futuro.

Ora, perderia, o próprio sentido o Instituto de Previdência, se exigisse que o cidadão após aposentar, deixasse de ter que contribuir. Previdência, é uma coisa que se prevê para o futuro. O cidadão contribui, prevendo que no fim de sua vida, quando não mais tiver forças, então ele terá amparo legal.

Sr. Presidente, parece-me que as Lideranças e o autor do Projeto, segundo informações do próprio Líder, chegaram a um entendimento, para que a matéria seja apreciada posteriormente.

Mas para finalizar esta argumentação, acredito sinceramente que nós não devemos interpretar este Projeto sob o ângulo de que nós mesmos, como parlamentares temos o nosso fundo próprio, e hoje estamos contribuindo para que amanhã, quando talvez por fatalidade, ou por alguma coisa que nos impeça de estarmos neste Parlamento, para que então amanhã, tenhamos condições de sobrevivência, e é por isso que o funcionalismo público contribui.

Se o IPE não tiver condições de assegurar ao funcionalismo público esses requisitos, então não estará cumprindo com a sua finalidade precípua que é dar ao povo condições melhores de tranquilidade. Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Sobre o referido Projeto de Lei nº 209/73, foi apresentado Requerimento de autoria dos Srs. Muggiati Filho e Ivo Thomazoni, no seguinte teor: (Lê):

“Senhor Presidente.

Requeremos, com a condição de Líderes de Bancada e na forma regimental. Adiamiento por 30 (trinta) dias da discussão e votação, em 3º turno, do Projeto de Lei nº 209/73, constante da Ordem do Dia marcada para hoje.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1975.

a) MUGGIATI FILHO

a) IVO THOMAZONI”.

Em votação o Requerimento. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 159/74, de autoria do Dep. Lázaro Dumont, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Comunidade Estigmatina de Curitiba, integrante da Associação dos Estigmatinos para Educação e Instrução Popular. Parecer **favorável** da C.C.J. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 71/73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 204/73, que aprova os Termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e os Municípios que especifica, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos referidos municípios. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 73/73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 248/73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Mirador e Santa Helena, objetivando a implantação de complexos de Radiocomunicação de Fonia e Telegrafia nos referidos municípios. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 78/73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 255/73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Ipiranga, Joaquim Távora, Pinhão, Rebouças e Rio Bom, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante a aplicação de dotações e verbas que especifica. Pareceres **favoráveis** da C.C.J. e C.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 79/73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 256/73, que aprova os Termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Alto Paraná, Pérola D'Oeste, Piraí do Sul e Roncador, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado.**

Projeto de Resolução nº 79/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R e s o l v e :

Art. 1º — Ficam aprovados os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Alto Paraná, Pérola D'Oeste, Piraí do Sul e Roncador, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5 de dezembro de 1973.

aa) ANTONIO COSTA — Presidente
IGO LOSSO — Relator

P A R E C E R

A presente Proposição tem suas raízes na Mensagem Gover-

namental nº 98/73, encaminhando a este Poder Legislativo, para os fins constitucionais, cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Alto Paraná, Pérola D'Oeste, Piraí do Sul e Roncador, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante a aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

Referidos Convênios foram firmados nos termos do inciso IX, do art. 47, da Constituição do Estado, cabendo a esta Casa apreciá-los dentro da competência exclusiva deferida pelo inciso VII, do art. 22 da mesma Constituição.

Assim, opino pela APROVAÇÃO da Proposição nos termos do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 5 de dezembro de 1973

aa) ANTÔNIO COSTA — Presidente
IGO LOSSO — Relator

P A R E C E R

COMISSÃO DE FINANÇAS

1. Tratam os Autos de Projeto de Resolução nº 79/73, ex-Proposição nº 256/73, que aprova os termos dos convênios celebrados entre o Governo do Estado dos Negócios da Secretaria da Segurança Pública e os Municípios de Alto Paraná, Pérola do Oeste, Piraí do Sul e Roncador, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos municípios cujas cópias autênticas de inteiro teor foram encaminhadas para deferendo do Poder Legislativo através da Mensagem Governamental nº 98/73, de 26 de outubro de 1973.
2. Sendo evidente o interesse público conforme se vê dos próprios textos dos convênios e considerando-se que as aplicações de ordem financeira são as naturais para tal tipo de cometimento administrativo, não vê, esta Comissão Financeira, no âmbito que lhe é próprio como deixar de pronunciar-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Resolução em testilha.
Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 23 de abril de 1974.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
JOÃO C. FADEL — Relator

COMISSÃO DE POLÍCIA

P A R E C E R

ao
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 79/73

Autor: — Governo do Estado.

No mérito

Tratando-se de medida de competência do Poder Executivo que deve, tão somente, ser referendada por esta Casa, nada há, no âmbito desta Comissão de Polícia que se lhe possa antepor.

Somos, portanto, pela **aprovação**.

Sala das Comissões, em 02 de dezembro de 1974

aa) ANTÔNIO BELINATI — Presidente
MARCIANO BARANIUK — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 10/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 28/74, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Corbélia, Nova Cantu, Nova Fátima e São Pedro do Paraná, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado**.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 10/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e os Municípios de Corbélia, Nova Cantu, Nova Fátima e São Pedro do Paraná, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01 de abril de 1974

aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente
ANTÔNIO COSTA — Relator

PARECER

À PROPOSIÇÃO Nº 28/74 — MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 1/74.

1. A presente proposição, constitui-se da Mensagem Governamental nº 1/74, encaminhando a este Poder, para os fins constitucionais, cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e os Municípios de Corbélia, Nova Cantu, Nova Fátima e São Pedro do Paraná, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

2. A celebração dos referidos Convênios, encontra amparo legal no art. 47, inciso IX, da Constituição Estadual, onde defere competência ao Governador, cabendo, por força do art. 22, inciso VII, da mesma Constituição, à Assembléia Legislativa referendá-los, o que fazemos na forma do Projeto de Resolução anexo. É o parecer.

Sala das Comissões, em 01 de abril de 1974

aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente
ANTÔNIO COSTA — Relator

PARECER ao

PORJETO DE RESOLUÇÃO Nº 010/74.

Autor: — Comissão de Constituição e Justiça.

1) — O Projeto de Resolução respectivo, já foi elaborado pela Comissão de Constituição e Justiça, após aprovação do parecer apresentado pelo Relator.

II) — Do ponto de vista financeiro, nenhuma outra alternativa existe, senão o de concluirmos pela **aprovação** do Projeto.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 1974

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
GILBERTO CARVALHO — Relator

COMISSÃO DE POLÍCIA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 10/74

PARECER

O processo diz respeito a Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e os municípios de Corbélia, Nova Cantu, Nova Fátima e São Pedro do Paraná, objetivando o fornecimento de equipamentos para as delegacias locais.

As duntas Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça, no devido tempo, já opinaram sobre a matéria, concedendo-lhe aprovação.

Quanto ao mérito do projeto, deve-se reconhecer na iniciativa nele contida um melhoramento de grande alcance no setor da segurança Pública do Estado.

Por esse motivo, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 2 de dezembro de 1974

aa) — ANTÔNIO BELINATI — Presidente
NELSON BUFFARA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 13/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 247/73, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e o Município de Cianorte, com o objetivo de organizar o serviço de Rádio Patrulha daquela comuna. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado**.

PROJETO DE RESOLUÇÃO nº 13/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Cianorte, visando organizar o serviço de Rádio Patrulha daquele Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1974.

aa) WILSON BRANDÃO — Presidente
SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Relator

PARECER

À PROPOSIÇÃO Nº 267/73

1. A presente proposição, constitui-se da Mensagem Governamental

mental nº 90/73, encaminhando a este Poder, para os fins constitucionais, cópia autêntica do Convênio celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e o Município de Cianorte, visando organizar o serviço de Rádio Patrulha daquele Município.

2. Referido Convênio de acordo com o que dispõe o artigo 47, inciso IX, da Constituição Estadual, que defere ao Chefe do Poder Executivo competência, e por força do artigo 22, inciso VII, da mesma Constituição, cabe a esta Casa referendá-lo o que fazemos na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1974

aa) – FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente
SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR – Relator

P A R E C E R

AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13/74

1. O presente projeto, de autoria da douta Comissão de Constituição e Justiça, constitui-se da Mensagem Governamental nº 90/73, encaminhando a este Poder, para fins constitucionais, cópia autêntica do Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e o Município de Cianorte, visando organizar o serviço de Rádio Patrulha daquele Município.

2. Referido Projeto, devidamente estudado, já mereceu parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto aos aspectos de ordem legal e constitucional.

3. No âmbito desta Comissão, não vemos qualquer impedimento que se lhe anteponha quanto ao aspecto financeiro, daí nos manifestarmos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1974.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente

ÁLVARO DIAS – Relator

COMISSÃO DE POLÍCIA

P A R E C E R ao

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13/74

Autor: – Comissão de Constituição e Justiça

No Mérito. –

Tratando-se de medida de competência do Poder Executivo, que vem a esta Assembléia Legislativa, tão somente para ser referendada e tratando-se, ainda, de medida de alto alcance, no que respeita ao bem estar social do Município em pauta, resta-nos tão somente opinar por sua aprovação. –

Sala das Comissões, em 2 de dezembro de 1974

aa) ANTÔNIO BELINATI – Presidente
FRANCISCO ESCORSIN – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 02/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que dá nova redação ao Parágrafo 3º, do artigo 194, do Regimento Interno. Pareceres favorável da C.C.J. – **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 02/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º – O § 3º do Art. 194, do Regimento Interno, passa a vigor com a seguinte redação:

“§ 3º – A Mesa poderá mandar abonar até quatro faltas por mês ao Deputado que justifique a sua ausência e desde que esta não tenha contribuído para adiamento de votação”.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de março de 1975

aa) PAULO CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário

MAURÍCIO FRUET – 2º Secretário

JUSTIFICAÇÃO:

Entende a Mesa que é salutar e acauteladora a proposta limitação à faculdade que lhe confere o Regimento Interno de abonar até sete faltas.

Realmente, considerada a média de sessões ordinárias realizadas mensalmente, o não comparecimento a sete importa em falta a mais de uma terça parte das reuniões, procedimento para o qual as disposições constitucionais prescrevem como sanção, a perda de mandato.

Podem os Srs. Deputados, confiantes no abono de sete faltas, mensalmente, entenderem-se distanciados da possibilidade de superarem o limite punível de ausência, o que não confere com a realidade. Faltas que não resultem de doenças comprovada licença ou missão autorizada pela Assembléia, ainda que abonadas pela Mesa, serão computadas, eventualmente, para apurar se o limite constitucional de ausência foi alcançado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 02/75

P A R E C E R

Assinado pela Comissão Executiva da Casa, o Projeto de Resolução, ora em exame, dá nova redação ao parágrafo 3º, do Artigo 194, do Regimento Interno.

Perfeitamente justificada a matéria em condições de ser aprovada pelo Plenário.

Pela aprovação.

E o parecer,

Sub-Censura

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1975

aa) ACCIOLY NETTO — Presidente
LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 20/74, de autoria do Dep. Haroldo Bianchi, que dispõe na forma que estabelece, sobre o valor dos auxílios devidos pelo IPR, aos cônjuges funcionários públicos, quando ambos são contribuintes. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 20/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Sempre que marido e mulher sejam contribuintes do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, o valor dos auxílios que lhes são devidos, bem como aos seus dependentes, em caso de internamento hospitalar, será de cem por cento das despesas realizadas, calculadas estas de acordo com a tabela própria da entidade. —

Parágrafo único — Na hipótese prevista neste artigo, ficarão os contribuintes e seus dependentes desobrigados, por igual, do pagamento de qualquer taxa pela prestação de serviços de assistência médica e odontológica.

Sala das Sessões, em 19 de Março de 1975.

a) Haroldo Bianchi

JUSTIFICAÇÃO:

Normalmente, de acordo com a regulamentação da assistência médica e hospitalar, o contribuinte do IPE, em casos de internamento, seja próprio ou de dependentes, recebe um auxílio de setenta por cento das despesas, calculadas estas conforme uma tabela da entidade.

Como a legislação que rege a vida do Instituto, faculta, quando ambos os cônjuges são funcionários, que apenas um deles pague contribuição, ficando o outro na categoria de dependente, nada mais justo que, se ambos preferirem contribuir, ao invés de fazer uso da faculdade de opção, se lhes conceda um auxílio hospitalar correspondente à totalidade da despesa realizada.

Da mesma forma, é perfeitamente justo que se os isente, bem como aos seus dependentes, de qualquer das taxas que são cobradas pela prestação de serviços médicos e odontológicos.

Estas razões que nos levaram à apresentação do presente plano de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

AUTOR: DEPUTADO HAROLDO BIANCHI

P A R E C E R

Propõe o nobre Deputado HAROLDO BIANCHI, pelo Pro-

jeto de Lei ora submetido à deliberação desta Comissão, que, aos cônjuges funcionários públicos, quando ambos são contribuintes do Instituto de Previdência aos Servidores do Estado-IPE -, o valor dos auxílios que lhes são devidos, como também - aos seus dependentes, em caso de internamento hospitalar, será de cem por cento das despesas realizadas, calculadas estas de acordo com a tabela da referida entidade.

Estabelece ainda o Projeto, que nesta hipótese, ficarão os contribuintes e seus dependentes desobrigados, por igual, do pagamento de qualquer taxa pela prestação de serviços de assistência médica e odontológica.

Conforme salienta o autor do Projeto em sua justificativa, a legislação em vigor faculta, quando ambos os cônjuges são funcionários, que apenas um deles pague contribuição, ficando o outro na categoria de dependente.

Ora, se ambos contribuem para o mencionado Instituto, nada mais justo que os auxílios que lhes são devidos, sejam mais elevados do que quando apenas um dos cônjuges contribui para a entidade, fazendo uso da faculdade de opção.

Quanto à isenção proposta para os dependentes dos cônjuges contribuintes, de qualquer das taxas pela prestação de serviços médicos e odontológicos, entendemos, da mesma forma, justa.

Não há nenhuma óbice que se possa antepor à tramitação normal do Projeto.

Pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 1974.

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente
ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

P A R E C E R ao

PROJETO DE LEI Nº 20/74

Autor: — Dep. HAROLDO BIANCHI.

Assinado pelo ilustre deputado Haroldo Bianchi, o Projeto de Lei ora em exame dispõe que sempre que marido e mulher sejam contribuintes do IPE, o valor dos auxílios que lhe são devidos, bem como aos seus dependentes, em caso de internamento hospitalar, será de cem por cento das despesas realizadas, calculadas estas de acordo com a tabela própria da entidade.

A iniciativa me parece das mais justas e deve merecer a aprovação da Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1974

QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
GILBERTO CARVALHO — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Expediente firmado pelo

Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados Lázaro Dumont e Werner Wanderer, para comporem a Comissão Especial de Deputados deste Poder Legislativo que irá a Brasília para, em entrevista com

o Sr. Ministro da Agricultura, tratar de assuntos relacionados, com a industrialização e comercialização do trigo. Ao Departamento Legislativo. A Divisão das Comissões, para anotar.

Expediente formado pelo Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, indicando o Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, para integrar a Comissão Especial, que tratará de assunto referente a assunto agrário, em Brasília. — Ao Departamento Legislativo. À Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Otílio Daniel Hens, ocorrido em Santa Isabel do Oeste. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado constante do Expediente, solicitando voto de regozijo à Direção da Televisão Iguaçu, Canal 4, pela apresentação do programa Jogo Aberto, especialmente no que diz respeito ao Comentário Político, apresentado pelo ex-Deputado Estadual Erondy Silvério. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a colaboração do DER, na conservação do trecho de estrada Planaltina — Sta. Izabel do Ivaí — Sta. Cruz do Monte Castelo, que atualmente é realizado apenas pelas prefeituras dos citados municípios. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja concluído o contorno de Apucarana sentido Jandaia — Ponta Grossa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que sejam tomadas providências junto à Copel visando a extinção da taxa de pedágio que vem sendo cobrada atualmente, para utilização, por particulares, da ponte sobre o rio Iguaçu entre os Municípios de Dois Vizinhos e Quedas do Iguaçu. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Diretor do Fórum e Prefeito de Apucarana, pelo aniversário de instalação daquela Comarca, e ainda, seja transmitido aos participantes do I Seminário Regional da Magistratura Paranaense. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues de Carvalho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de fornecer com a máxima urgência, condições, remédios e atendimentos aos Postos de Saúde de diversas localidades. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando a inclusão no contrato com a firma vencedora da concorrência para execução da obra asfáltica que liga a cidade de Arapongas a Astorga, o acesso à cidade de Sabaudia em uma distância de aproximadamente 800 metros. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que sejam determinadas as devidas sindicâncias e responsabilidades da Fundepar e do Sr. Prefeito Municipal de Loanda, na execução do convênio 521/73, firmado entre a Fundepar e o Município de Loanda, para a construção de uma unidade educacional de 12 salas. — **Aprovado.**

Requerimento do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado e ao

Sr. Diretor do DER, no sentido de que sejam determinadas providências quanto à Companhia responsável pelo asfaltamento da estrada no trecho de Arapongas-Astorga, na conclusão daquele serviço, uma vez que vem causando sérios prejuízos àquela rica região. — Em discussão.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Para discutir) Sr. Presidente. Srs. Deputados. Solicitamos, na Sessão de ontem, a discussão deste Requerimento e que iremos, no final, aprová-lo. Mas, apenas para dar tempo para coleta de dados, de algumas medidas a respeito do objeto deste Requerimento.

"A rodovia Arapongas-Campinho-Sabaudia-Astorga, com extensão de 36,5 quilômetros, foi contratada com a firma SINO-DA e subempreitada com a firma CIROL, que executou o serviço de pavimentação, incluindo 80 por cento do acesso a cidade de Astorga. O custo da rodovia está orçado em 14 milhões, 727 mil, 894 cruzeiros e 2 centavos.

O maior problema da referida rodovia e o acesso à cidade de Astorga. 80 por cento já concluídos - está sendo resolvido pelo Departamento de Estradas de Rodagem que, ao tomar conhecimento da paralização do serviço, elabora estudo para a rescisão do contrato com a firma empreiteira. A referida firma (CIROL), está com problemas financeiros, causa que deu margem ao processo de rescisão de contrato por parte do DER. O serviço será retomado o mais rápido possível, já tendo sido expedida ordem neste Sentido pelo Secretário dos Transportes, engenheiro Osiris Stenguel Guimarães.

A rodovia, importante reivindicação de uma grande região econômica do Paraná, foi entregue ao tráfego em novembro de 1974. A região é grande produtora de café, cereais, onde se destaca o soja, sendo o principal motivo para a execução do pavimento pelo Governo do Estado, já que sensível aos apelos de Líderes políticos da região, o Governo sentiu a necessidade de amparar o agricultor no seu trabalho diário, que em muito vem contribuindo para a economia do Paraná.

A ligação Arapongas - Astorga foi construída dentro de uma moderna técnica rodoviária, contando com 12 metros de largura, sendo 7 para rolamento e 5 metros para acostamentos. Desde a sua entrega ao tráfego, tem sido grande a movimentação de veículos transportadores de gêneros de primeira necessidade, atestado maior do acerto do Governo ao investir financeiramente na sua execução".

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a previsão para o acesso a Sabaudia, tendo em vista a quase falência da firma empreiteira, será retomada, dentro de poucos dias, pelo DER, porquanto a rodovia já está em uso naquela Região.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados. A matéria já foi motivo de discussão anterior, na Casa. Porém, é preciso que nos reportemos rapidamente às razões principais pela qual a firma subempreiteira da obra Arapongas - Sabaudia enfrenta, hoje, problemas econômicos, a ponto de não poder mais suportar a conclusão da obra.

Lembramos que, por volta de 1972, o custo aproximado de rodovia asfáltica daquele gabarito, estava em torno de 600 mil cruzeiros, hoje está em torno de 2 bilhões antigos, o quilômetro. Motivo pelo qual esta firma merece o nosso aplauso, com a alta muito grande do custo do material de construção, não teve condições de suportar a ponto de agora estar a beira da falência.

Hoje ainda, entramos com mais um Requerimento pedindo para que fosse prevista para essa, e agora lembrando o episódio iremos até ao Departamento de Estradas de Rodagem para que, com essa firma ou diretamente, pelo próprio Departamento, seja também beneficiada a sede do município de Sabaudia, porque entendemos a sua necessidade e também diante da magnitude obra e de seu gabarito, não haveria de ser por mais alguns metros, que deixaríamos de ver concretizada essa obra desejada por

aquela população e promessa, naturalmente, de muitos governos àquela comunidade.

Quero dizer que a firma empreiteira da concorrência, vencedora, que não teve condições nem oportunidade de iniciar a obra e nós buscamos agora uma firma que tivesse a coragem de naquele mesmo preço enfrentar a execução dessa importante obra na região que nós representamos e que tamb'ém é representada por outros nobre Deputados.

Motivo pelo qual, Sr. Presidente, apesar de ver hoje o atraso no final da obra, quero ainda agradecer a coragem da firma subempreiteira que trouxe a obra pelo menos em 98% concretizada a duras penas e a preço, hoje, absurdo, nos orçamentos atuais da obra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, acredito que os nossos nobres colegas haverão de dar acatamento ao Requerimento do nosso nobre colega. O trabalho desenvolvido já é por todos nós conhecido e o Sr. Secretário dos Transportes e S. Exa., o Sr. Governador já estão sensibilizados por esse problema, porque quando estivemos presentes à inauguração, à abertura do tráfego daquela estrada, o Sr. Secretário dos Transportes, que representava o Sr. Governador de então, disse que a obra pela firma subempreiteira, por outra firma ou pelo próprio Departamento de Estradas de Rodagem, haveria de ser construída, dependendo

das condições que fosse oferecidas às cláusulas contratuais com a firma empreiteira, das medidas tomadas pelo DER e seria, então, posteriormente, posta em execução. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o Requerimento Encerrada a discussão. Em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante de Expediente de Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado pedido de informações aos Governador do Estado, e a Administração de Recursos Hídricos, bem como ao Sr. Presidente da Copel, sobre vários assuntos relacionados com a administração do Dr. Maurício Schulmann.

De acordo com o item 59, art. 16, da Constituição do Estado — “a Mesa encaminhará, por intermédio do governador, somente pedidos de informações sobre matéria legislativa em trâmite ou fatos de relevante interesse público.

Esta Presidência, pede desculpas, mas deixa de aceitar o pedido de informações do nobre Sr. Deputado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.